

Veículo: RÁDIO TROPICAL SAT 102,5 FM JUAZEIRO	
Data: 29/12/2020	Programa: REVISTA TROPICAL
Assunto: IPVA será reduzido em até 5% na Bahia em 2021.	

Data: 29/12/2020

Hora: 13:45

Emissora: RÁDIO TROPICAL SAT 102,5 FM JUAZEIRO

Programa: REVISTA TROPICAL

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: **IPVA** será reduzido em até 5% na Bahia em 2021.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

DESEMPENHO A Abrasce havia projetado uma retração de 2% para este ano, mas o impacto da pandemia do novo coronavírus foi maior que o previsto

Vendas dos shoppings centers caem 12% no Natal

MARJORIE MOURA

Dados publicados ontem, pela Abrasce (Associação Brasileira de Shoppings Centers) e apurados pela Cielo para compor o ICVA (Índice Cielo do Varejo Ampliado) registraram queda de 12% o nas vendas dos shoppings centers no Natal deste ano, em comparação com a mesma data comemorativa do ano passado.

A Abrasce havia projetado um recuo de 2% para o período, mas o setor foi afetado pelo aumento nas restrições no horário de funcionamento devido ao avanço da pandemia, além de diminuição no pagamento do auxílio emergencial pelo governo.

O presidente da entidade, Glaucio Humai, afirmou, em nota, que, apesar de negativo, o resultado confirma a resiliência dos shoppings e suas lojas, que chegaram a acumular uma perda de 90% nos primeiros meses de quarentena, mas recuperaram as vendas gradualmente nos meses seguintes. "Vinhámos com uma queda média de 25% nas vendas (nas últimas quatro semanas) e a força do período nas vendas do Natal fez esse índice subir", explicou.

A pesquisa também mostrou que o ticket médio das compras no Natal de 2020 foi de R\$ 197, alta de 5,9% em relação ao registrado no mesmo período do ano passado.

Fim de ano

Em comunicado conjunto, o presidente da Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping), Nabil Sahyoun, destacou que a parceria entre os lojistas e donos dos estabelecimentos têm sido fundamental para a recuperação dos negócios.



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 19.11.2020

Já o ticket médio das compras foi de R\$ 197, uma alta de 5,9%

Em Salvador, os centros comerciais funcionam normalmente, durante os últimos dias de 2020, mas alteraram a abertura dos estabelecimentos aos feriados. O Shopping Bela Vista funcionará em horários especiais durante o final de ano. Hoje funcionará em horário estendido, das 9h às 22h. Amanhã (Réveillon), o horário será reduzido e abrirá das 9h às 17h.

Já no feriado de 1º de janeiro o estabelecimento estará fechado. No dia 2 de janeiro, o funcionamento será das 11h às 21h. Dia três, o shopping funcionará das 11h às 21h, e a Praça de Alimentação abrirá a partir das 12h. No dia quatro, o funcionamento será normal, das 11h às 21h.

Com os festejos do fim de ano, os horários de funcionamento do Salvador Shopping e Salvador Norte do foram ampliados.

No Salvador Shopping, até hoje, o funcionamento acontece das 9h às 22h; amanhã (Réveillon) das 9h às 18h; dia 1º de janeiro funcionando Praça de Alimentação, Boulevard dos Restaurantes e Espaço Gourmet, com abertura opcional das 12h às 21h. Bompreço, demais lojas e quiosques ficam fechados. As compras pela internet podem ser realizadas através da plataforma Salvador Shopping Online: www.salvadorshoppingonline.com.br.

No Salvador Norte Shopping, até hoje, o funcionamento acontece das 9h às 22h; amanhã (Réveillon) das 9h às 18h; dia 1º de janeiro funcionando a Praça de Alimentação, com abertura opcional das 12h às 21h; as demais lojas e quiosques ficam fechados.

As compras pela internet podem ser realizadas através da plataforma Salvador

Norte Online: www.salvadoronline.com.br.

A partir do dia dois de janeiro, os empreendimentos voltam a funcionar de segunda a sábado, das 11h às 21h; domingo, das 12h às 21h.

Os horários de funcionamento do Shopping da Bahia neste final de ano e início de janeiro sofreram algumas alterações. Hoje e no dia 02/01/2021, das 9h às 22h, conforme permite o decreto municipal. Amanhã, dia 31/12, o shopping irá funcionar das 9h às 18h. No dia 01/01, o shopping irá funcionar de 12h às 21h, apenas a Praça de Alimentação.

O Shopping Itaipara funciona hoje, normalmente, das 9h às 20 horas; amanhã (Réveillon) funcionará das 9 horas às 17 horas. No dia primeiro de janeiro permanece fechado e no dia dois de janeiro funciona das 11 às 20 horas.

CRÉDITO

Caixa vai lançar programa de financiamentos de até R\$ 2 mil

O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Pedro Guimarães, disse ontem que a instituição vai lançar o que chamou de "programa de microfinanças". A proposta, segundo ele, é ofertar financiamentos que variam de R\$ 500 a R\$ 2 mil para mais de 10 milhões de brasileiros, com taxas de juros entre 1,5% e 2,5% ao mês.

"São taxas muito menores de juros e que vão permitir que mais de 10 milhões de brasileiros tenham acesso ao crédito de maneira segura, rápida, sem precisar ir à agência. Isso reforça a bancarização e reforça o acesso dessa população mais carente ao setor financeiro", explicou.

Habitação

Segundo Guimarães, algumas iniciativas já em andamento, como o Programa Casa Verde e Amarela, também passarão a ter sua operacionalização pelo celular por meio do aplicativo Caixa Tem. "Todos os contratos desse programa serão, a partir do ano que vem, via aplicativo", disse.



Juntos somos fortes, unidos somos relevantes



Diretoria Executiva da Associação Comercial da Bahia (ACB) prega união por resultados

Mercado por muitos desafios, o ano de 2020 vai ficar registrado também pela grande demonstração de união e associativismo das classes empresariais da Bahia. O lema "juntos somos fortes, mas unidos somos relevantes" nunca fez tanto sentido como neste período de pandemia. Cada um, dentro do seu raio de atuação, buscou trabalhar em prol de dias melhores para todos.

"Passamos por um cenário onde o mais importante foi priorizar a vida humana. Mantivemos os olhos no andamento das nossas empresas, mas antes de qualquer coisa o foco foi resguardar quem atua nelas. Pensar a economia de maneira responsável foi o que fizemos durante todos estes meses e assim também orientamos os associados da ACB", explica o presidente da Associação Comercial da Bahia, Mário Dantas.

Com atuações conscientes e atentas às orientações das autoridades sanitárias, as entidades associativistas do estado se posicionaram para fortalecer o segmento neste período desafiador para todos, tanto a partir de ações sociais como buscando melhorias para todos os setores econômicos.

Amplamente defendido pelo vice-presidente e coordenador do Núcleo Jurídico da ACB, Paulo Cavalcanti, o associativismo empresarial mostrou na prática como é possível alcançar bons resultados mesmo diante de enormes adversidades. Dentre eles, destaques para a campanha Made in Bahia e as diversas reuniões junto a vários órgãos da administração pública, onde foram pleiteadas importantes demandas sociais e econômicas.

Promovidos pelo Núcleo Jurídico e contando com o apoio de diversas instituições empresariais da Bahia, os Encontros Integrados para Tomada de Decisão confirmaram a cada semana a importância da união para a conquista dos resultados. "Chegamos ao fim deste ano com a sensação de dever cumprido. Nosso trabalho tem sido fazer com que as pessoas e empresas acreditem no associativismo. Acredito que este é o caminho para termos um melhor desenvolvimento para a economia do nosso estado. Que venha 2021, com os seus novos desafios e que possamos seguir juntos, em prol de uma Bahia mais desenvolvida para todos", celebra Cavalcanti.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

ARRECAÇÃO

DAE de domésticos pode ser pago por meio do Pix

BRUNO BOCCHINI
Agência Brasil, São Paulo

Os empregadores domésticos já podem pagar a Guia do Documento de Arrecadação do Simples Doméstico (DAE) com o Pix, solução de pagamento instantâneo criada pelo Banco Central. A guia poderá ser paga em qualquer dia da semana e horário, por meio de qualquer banco habilitado no Pix.

"O pagamento será identificado no mesmo dia no eSocial e sistemas que fazem o controle da arrecadação federal. Trata-se de uma grande evolução na gestão da folha de pagamento dos empregados domésticos, uma vez que, até então, o pagamento do DAE somente po-

deria ser efetuado em dias úteis", destacou a gerente de negócio da Divisão de Soluções de Arrecadação do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Franciana Soares Barbosa Duarte.

Para ser pago com o Pix, o DAE deve ser emitido pelo empregador doméstico diretamente no sistema ou pelo aplicativo do eSocial disponível na App Store e Google Play. Ao emitir o documento, será gerado automaticamente um QR Code na guia de pagamento. Com o QR Code, o empregador pode efetuar o pagamento pelo Pix, não sendo necessária nenhuma outra ação adicional por parte do usuário.

DÉFICIT

Contas públicas registram saldo negativo de R\$ 18,2 bilhões

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – registrou déficit primário de R\$ 18,241 bilhões, em novembro, informou ontem a Secretária do Tesouro Nacional. O resultado apresentou crescimento real (descontada a inflação) de 5,5%, em relação a novembro de 2019. É o maior saldo negativo para o mês desde novembro de 2016, quando ficou em R\$ 44,324 bilhões.

O déficit primário é o saldo negativo nas contas do governo, com despesas maiores que as receitas, sem considerar nesse cálculo os gastos com juros da dívida pública.

Apesar do crescimento do déficit, o resultado de novembro foi melhor que a expectativa do mercado financeiro (pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia), que indicava um déficit de R\$ 55,1 bilhões.

"Assim como nos meses anteriores, o déficit observado em novembro é influenciado pelo aumento das despesas do Poder Executivo decorrentes de me-



USP Imagens / Divulgação

Saldo negativo foi o maior para novembro desde 2016

didadas de combate à crise da covid-19", diz o relatório do Tesouro Nacional.

No entanto, acrescenta o Tesouro, o recolhimento em novembro de parte das receitas adiadas no início da pandemia resultou em impacto positivo no fluxo de arrecadação. A receita total de novembro de 2020 (R\$ 139,760 bilhões) cresceu 5,4% em termos reais quando comparada ao mesmo mês de 2019. A despesa total chegou a R\$ 131,381 bilhões,

com aumento de 6,4%.

De janeiro a novembro, o déficit primário ficou em R\$ 699,105 bilhões, contra R\$ 80,428 bilhões, em igual período de 2019.

Até o mês passado, os gastos com as medidas de combate à crise causada pela pandemia de covid-19 totalizaram R\$ 487,4 bilhões.

Em 12 meses até novembro, o déficit primário chegou a R\$ 732,9 bilhões, o equivalente a 9,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

DETRAN-BA COMEÇA REGISTRO DIGITAL EM JANEIRO DE 2021

SERVIÇOS O Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA) iniciará a emissão do novo documento eletrônico que unifica o licenciamento (CRLV) e o certificado de registro do veículo (CRV), o antigo DUT, na segunda-feira (4). A medida cumpre o que determina a resolução 809, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), com validade em todo o país. O serviço estará disponível no portal www.sac-digital.ba.gov.br e aplicativo SAC Digital, onde o cidadão deverá baixar o arquivo do novo documento e fazer uma cópia, após o pagamento das dívidas do veículo. O CRLV em papel moeda verde já tinha sido extinto desde abril deste ano pelo Contran.

Inflação do aluguel encerra o ano em alta de 23,14%, maior patamar desde 2002

CRESCIMENTO O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), indicador conhecido como "inflação do aluguel", por ser muito usado para o reajuste desses contratos, terminou o ano com alta de 23,14%, o maior patamar desde 2002 (25,31%). Em dezembro, porém, o índice, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), desacelerou e ficou em 0,96%, bem abaixo dos 3,28% registrados em novembro.

Apesar do forte crescimento do indicador no ano, a situação econômica do Brasil, em geral, tem limitado o seu repasse integral para os contratos. O que vem acontecendo é negociação entre as partes, com reajustes muito mais baixos que a alta de mais de 20% no ano. Ao longo dos meses, o IGP-M foi pressionado pela desvalorização do real em relação ao dólar e pelo

Apesar do crescimento do indicador, a situação econômica do Brasil, em geral, tem limitado o seu repasse integral para os contratos

avanço dos preços das commodities.

O alívio na taxa em dezembro foi puxado pela desaceleração do índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M, um dos componentes do IGP-M) de 4,26% em novembro para 0,90% em dezembro. Apesar do alívio, o indicador de preços no atacado acumulou alta de 31,63% em 2020, também a maior desde o resultado de 2002 (33,64%).

Na outra ponta, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M, outro componente do IGP-M) ganhou tração e

avançou 1,21% em dezembro, após alta de 0,72% em novembro, informou a FGV. O indicador acumulou avanço de 4,81% em 2020, o maior desde os 6,25% de 2016.

Já o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC-M, o último integrante do IGP-M) desacelerou de 1,29% em novembro para 0,88% em dezembro, conforme divulgado na última quarta-feira, 23. O indicador acumula alta de 8,66% em 2020, a maior variação anual desde os 12,0% registrados em 2008.

Vendas nos shoppings no Natal caem 12% na comparação com 2019

COMÉRCIO As vendas dos shoppings centers no Natal deste ano caíram 12% em comparação com o ano passado. Os dados foram publicados ontem pela Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce) e apurados pela Cielo para compor o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA).

A queda de 12% foi pior do que a esperada pela Abrasce, que havia projetado um recuo de 2% para o período. O setor foi afetado pelo aumento nas restrições no horário de funcionamento por conta do avanço da pandemia, além de diminuição no pagamento do auxílio emergencial pelo governo.

O presidente da entidade, Glauco Humal, afirmou, em nota, que, apesar de negativo, o resultado confirma a resiliência dos shoppings e suas lojas, que chegaram a acumular uma perda de 90% nos primeiros meses de quarentena, mas recuperaram as vendas gradualmente nos meses seguintes. "Vínhamos com

uma queda média de 25% nas vendas (nas últimas quatro semanas) e a força do período nas vendas do Natal fez esse índice subir", explicou.

A pesquisa também mostrou que o ticket médio das compras no Natal de 2020 foi de R\$ 197, alta de 5,9% em relação ao registrado no mesmo período do ano passado.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.824	R\$ 5.829
Dólar Turismo	R\$ 5.908	R\$ 5.930
Euro Turismo	R\$ 6.267	R\$ 6.547

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Sobrepá	79.403,5	0,24%

POUPANÇA

28/12/2020	0,189%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Novembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,88%	2,91%	4,31%
IPC/IBGE	0,88%	3,66%	5,91%
IGP-M/FGV	0,96%	21,99%	24,52%

CONSTRUÇÃO CIVIL

Crescimento As vagas no setor de construção civil cresceram 37% até novembro deste ano, na comparação com o mesmo mês de 2019, mostrou um levantamento do BNE (Banco Nacional de Empregos). Apesar da pandemia, da escassez de algumas matérias-primas e da alta no preço dos insumos, o setor prevê um 2021 positivo.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O presidente da República gosta da tortura

O presidente da República gosta da tortura. Ele a defende, tem prazer em falar dela e fustigar as vítimas. Foi o que Jair Bolsonaro fez ontem, mais uma vez, com a ex-presidente Dilma Rousseff. Ela foi brutalmente torturada aos 22 anos, sobreviveu e construiu sua vida. E agora, aos 73 anos, ouve do chefe de governo do país palavras de deboche e ironia sobre o seu sofrimento. É desumano e, além disso, é crime.

Bolsonaro comete crimes reiterados na cara do país e das instituições. Tortura é crime hediondo e ele tem prazer em falar disso, sempre tentando pôr em dúvida a palavra da vítima. Ele exalta torturadores e os tem por heróis. Bolsonaro defende a ditadura e já foi para a rua, como presidente da República, defender o fechamento do Congresso e do Supremo.

O que faz o país? Nada. Ele permanece presidente e continua usufruindo da sua extensa impunidade. Ele não foi cassado, em 2016, quando no plenário da Câmara elogiou o torturador a quem chamou de o "terror de Dilma Rousseff". Deveria ter sido. Foi o que eu escrevi na época.

É crime. Mas também é sa-

dismo. O prazer de sentir à dor do outro, de lembrar ao outro o seu sofrimento em meio a gargalhadas. Dilma o chamou de sociopata. E ele é. Somos governados por um sociopata. Dilma o chamou de fascista. E ele é. Dilma o chamou de "cúmplice da tortura e da morte". E é o que ele tem sido ao longo de sua vida e de sua presidência.

O Brasil quer olhar o futuro. Um país com tantos desafios e dores precisa olhar o futuro. Bolsonaro está preso a um passado cujo pior lado ele se compraz em lembrar. Ele não elogia a ditadura militar por um eventual acerto econômico ou obra de engenharia. Ele gosta é da brutalidade com que eram tratados os que se opunham a ela. É isso que Bolsonaro faz questão de lembrar.

Essa sociopatia é a mesma que ele tem demonstrado ao longo de toda essa pandemia. Ele brinca com a tortura dos anos 1970, da mesma forma como nunca demonstrou solidariedade a quem estava perdendo entes queridos para o coronavírus. Expôs ao país durante o ano inteiro as palavras da sua perversidade. O "e daí?", o "eu não sou covão", o "todos vão morrer um dia". Foram inúmeras as demonstrações de desprezo pela vida humana.

São quase 200 mil mortos ao fim de nove meses. Doloroso tempo. Tempo de temer a morte, de se preocupar com parentes adoecidos, de se proteger do vírus, de tentar respirar. Tempo de médicos e enfermeiros lutarem sem trégua num esforço épico pela vida huma-

na. Tempo de cientistas mergulharem em laboratório para conseguir em período recorde vacinas contra o mal.

O presidente do Brasil continuou no seu achincalhe. Sabotou todas as orientações médicas, ofendeu quem se protegia, promoveu a disseminação do vírus, espalhou mentiras, estimulou invasão de hospitais, tentou manipular estatísticas, aparelhou o Ministério da Saúde e a Anvisa. Agora, depois de longo padecimento, os brasileiros veem cidadãos de inúmeros países, inclusive vizinhos nossos, serem vacinados. Enquanto isso o presidente diz que "não dá bola" para vacina.

O Brasil está chegando ao final de um ano em que o mundo inteiro viveu uma assombração. Nós vivemos duas. Como

todos os outros países, tivemos que lutar contra um inimigo invisível que tentava tirar de suas presas o ar dos pulmões. Mas tivemos também um presidente que tripudiou sobre a dor do país como um verdadeiro mensageiro da morte.

Dilma, a jovem que foi torturada e presa por mais de dois anos, chegou ao governo em 2011 e virou comandante em chefe das Forças Armadas. Nunca usou o cargo para perseguir os militares. A Comissão da Verdade foi uma exigência do país, e o que ela buscou foi a informação sonogada por tantas décadas. Outros países fizeram antes essa procura e foram mais duros com os torturadores. Dilma entregou aos brasileiros a Lei de Acesso à Informação, uma importante arma da cidadania. Todos os que leem esta coluna sabem o quanto divergi de muitas decisões do governo dela. Concordei ou discordar das administrações e o cotidiano do jornalista. O fundamental na vida, contudo, são os valores. O sentimento de empatia, de solidariedade, de compaixão. Bolsonaro não tem. E isso ele prova quando fala sobre o passado da ditadura ou sobre o presente da pandemia.

Mais*

Hotéis projetam ocupação de até 75%

Réveillon Setor hoteleiro da capital está otimista, apesar da pandemia de covid-19

Tiago José Paiva*

REPORTAGEM
correio24horas@redetbahia.com.br

Mesmo diante da segunda onda da pandemia de covid-19, a taxa média de ocupação da rede hoteleira de Salvador ficará, no Réveillon deste ano, entre 70% a 75%. A estimativa é da seção Bahia da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-BA). Em algumas unidades, localizadas na orla marítima da capital, este percentual será superior a 85%. No ano passado, a ocupação de leitos dos hotéis de Salvador, neste mesmo período do ano, alcançou quase 100%.

"Especificamente para a noite do dia 31, a expectativa é de 70% a 75% de ocupação dos leitos de hotéis, mesmo sem grandes festas de Réveillon. Por conta dos protocolos de segurança sanitária, os hotéis estão bem conservadores, seguindo todas as regras", diz Luciano Lopes, presidente da ABIH-BA.

Lopes conta que entre as apostas destes estabelecimentos para atrair os hóspedes estão uma programação mais diversificada, não focando apenas na virada, e sim em todo o período do fim de ano. "Há muitas coisas interessantes em Salvador, não é necessário ficar apenas no hotel. O dia 31 é uma data muito emblemática, todos queriam ver a queima de fogos, participar de festas e shows, mas infelizmente isso não vai ser possível. Porém, dá pra ver que o perfil das pessoas é diferente, tem mais famílias, que preferem opções de diversões mais tranquilas", conta.

Luciano Lopes ressalta, no entanto, que fatores externos, como o número de contaminados em outros estados, influenciam no que acontece na

capital baiana, visto que estes locais são os de origem dos turistas que fazem o fluxo para verão soteropolitano.

"Estamos ainda em plena pandemia. Tivemos um ano de 2020 muito difícil, só que a gente vem, aos poucos, de forma lenta e gradual, recuperando a ocupação perdida. Diante do que a gente vinha registrando, o segmento está se recuperando aos poucos, afirmou. "Infelizmente, tudo isso é muito volátil, depende diretamente da taxa de contaminação da covid-19, não apenas em Salvador, mas também em outros estados e municípios que têm participação relevante no nosso turismo, como São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais".

VERÃO

Já a Federação Baiana de Turismo e Hospitalidade do Estado da Bahia (FeTUR-BA) diz que a expectativa de ocupação média dos hotéis em Salvador neste fim de ano é de cerca de 50%. Nos últimos oito anos, considerando o período do Réveillon, o índice foi de 95% dos leitos. No período do Natal, em que a ocupação média nos últimos anos foi de 55%, a taxa registrada no mesmo recorte de tempo em 2020 foi de 35%.

"Com essa segunda onda da covid-19, as pessoas acabam ficando com medo de viajar, de sair de casa. Assim como em 2020, 2021 vai ser bem difícil para nós também. No setor de hotelaria, perdemos cerca de 20 mil postos de trabalho. Infelizmente, só com a vacina nós teremos notícias melhores. Um outro grande problema é que não temos mais opções viáveis no fim de semana, com bares e restaurantes fechados, mesmo aqueles que têm varandas, pátios e mesas nas calça-



Apesar da pandemia, Salvador segue como um dos principais destinos turísticos do país

🔴 **Tivemos um ano de 2020 muito difícil, só que a gente vem, aos poucos, de forma lenta e gradual, recuperando a ocupação perdida**
Luciano Lopes

Presidente da seção Bahia da ABIH

🔴 **No setor de hotelaria, perdemos cerca de 20 mil postos de trabalho. Infelizmente, só com a vacina nós teremos notícias melhores**
Silvio Pessoa

Presidente da FeTUR-BA

🔴 **Salvador é uma cidade que gosto, já amava por conta do carnaval, e agora pra descansar e renovar as energias**
Marília Macêdo

Turista do Piauí

das", explica Silvio Pessoa, presidente da FeTUR-BA.

Ele, no entanto, mantém boa expectativa em relação ao resto da alta temporada, ressaltando que hotéis, bares e restaurantes sempre tiveram as fiscalizações mais rígidas, sempre sendo acompanhados pela Vigilância Sanitária, além dos protocolos municipais e estaduais, o que garante que a atenção contra a possibilidade de contaminação pelo coronavírus será redobrada.

"Todo mundo do setor está utilizando EPIs, máscaras, esterilizando tudo, seguindo o distanciamento social, então o turista que vier para cá, vai receber todo o cuidado do mundo, podendo ficar sem maiores preocupações", afirma.

O prefeito de Salvador ACM Neto acredita que mesmo em meio à pandemia, o turismo em Salvador terá uma retomada. "O movimento está aumentando e vem surpreendendo, apesar desse verão ser diferente. Salvador é o destino mais procurado para o verão no Brasil. É claro que a gente não quer ser procurado como outros locais estão, com festa para milhares de pessoas. Em Salvador não vai ter isso", disse.

Segundo ele, tirando esse aspecto, o verão será surpreendentemente positivo. "Não dá para comparar com um verão normal. Se fosse normal, iríamos ter o Festival da Virada. Não temos números, mas a expectativa é positiva. Teremos um bom verão e movimentado. Isso vai injetar o ânimo do turismo e dar fôlego para os



Ao lado da família, a goiana Júlia Calres disse que veio em busca de uma virada de ano tranquila em Salvador

FOTOS: ARISSON MARRINHO



Salvador Prefeito critica demora do governo federal com vacina e festas realizadas no período do Ano-Novo PÁG. 14

Vacinação Argentinos saem na frente do Brasil e começam a imunizar população com a russa Sputnik V PÁG. 13

PROTEÇÃO

- **O uso de máscara é obrigatório em todas as áreas comuns dos hotéis**
- **Pessoas consideradas do grupo de risco (idosos, hipertensos, diabéticos, gestantes, entre outras) devem atendidas preferencialmente. O objetivo é que essas pessoas permaneçam o menor tempo possível na recepção e em outros espaços do hotel**
- **Evite qualquer tipo de aglomeração. Procure manter pelo menos 1,5 metro de distância de outros hóspedes**
- **Não compartilhe elevadores com outras famílias e respeite também as horas de reserva estabelecidas para uso de piscina, spa e academia, quando houver**
- **Tampouco mude mesas, cadeiras, espreguiçadeiras ou outros móveis e objetos de lugar das áreas comuns. Lembre-se que estes itens estão sendo higienizados e descontaminados pela equipe do hotel**



próximos meses, se Deus quiser, com uma vacina", disse.

TURISTAS

Nos principais cartões-postais de Salvador, é possível encontrar uma grande quantidade de pessoas que vieram de diferentes locais de todo o país em busca dos refúgios da capital baiana. Com diferentes objetivos para a virada do ano, o consenso dos visitantes é que mesmo em meio à pandemia, com diversas restrições e regras especiais, a experiência vem sendo bastante positiva.

"Escolhemos Salvador por ser uma cidade histórica, sempre a vimos pela televisão e decidimos conhecê-la pessoalmente. Além disso, a gente sempre quis vir pra cá, pra nos divertirmos, então unimos o útil ao agradável. A gente está num hotel, e tá tudo bem tranquilo, apesar da pandemia. Todos estão tentando fazer as coisas da melhor maneira possível", afirmou o gaúcho Cleomar Guzzo.

A goiana Júlia Caires, de 17 anos disse que, até o momento, não houve nenhuma preocupação em relação à covid-19, com todos os protocolos sendo respeitados em todos os locais visitados pela família. "Tudo tá sendo bem tranquilo, bem certinho. Todos os lugares que vamos estão medindo a temperatura, tem álcool em gel, tá todo mundo de máscara, e tem o distanciamento na maioria dos locais", afirmou.

"COM ORIENTAÇÃO DO CHEFE DE REPORTAGEM JORGE GAUTHIER.

95%

foi este o percentual médio de ocupação dos leitos de hotéis de Salvador no Réveillon do ano passado. Este ano, o percentual ficará entre 70% e 75%, segundo a ABIH-BA

4

milhões de reais é o investimento para realização de eventos, como o Réveillon Simplesmente Luxo em Praia do Forte. Por conta da pandemia, a festa, que costuma atrair até três mil pessoas, foi cancelada este ano

Festas de Réveillon são canceladas

"Assim que a gente termina uma festa de Réveillon já começa a preparar a outra. Mas nós entendemos a gravidade do coronavírus. Não podíamos causar nenhum dano à comunidade. Foi uma decisão difícil, mas muito responsável. Não é sobre fazer festa, mas sobre ter consciência coletiva". A afirmação é da sócia e diretora de novos negócios da Holding Clube, Juliana Ferraz.

O grupo é um dos organizadores de uma das festas de virada de ano mais badaladas do estado. Em 2020, a primeira edição da N1, em Itacaré, levou 4 mil turistas para a cidade. Cerca de 850 pessoas foram contratadas na última edição da festa.

O Réveillon N1 é um dos 15 eventos de grande porte listados pelo CORREIO que foram cancelados por conta da pandemia (confira a lista ao lado). Todos os cancelamentos estão confirmados nas redes sociais e sites oficiais das festas ou produtoras.

A Bahia tem um decreto que determina a proibição de festas em todo território baiano até o dia 4 de janeiro de 2021, a fim de evitar aglomerações que possa facilitar a contaminação pelo vírus. O governo do estado, inclusive, está monitorando as redes sociais de organizações de evento para coibir a realização das festas.

Na lista das festas canceladas tem ainda o Réveillon Celebre, em Salvador. A festa, que aconteceu na Bahia Marina na virada de 2019 para 2020, gerou 400 empregos diretos no dia, entre a contratação de músicos, seguranças, serviço de buffet e bar, fora os fornecedores que trabalham na montagem do evento.

Com investimento de R\$ 4 milhões para realizar a festa e ingressos que custavam R\$ 1,2 mil, o Réveillon Simplesmente Luxo, em Praia do Forte, é outro que foi cancelado. De acordo com o sócio da 2GB, Guto Ulm, festas de fim de ano nessa dimensão costumam atrair um público médio de 3 mil pessoas.

"O investimento nessas festas depende do local, do conteúdo artístico e estrutura da festa. Não consigo estimar ainda o prejuízo direto ou indireto, mas o cancelamento do Simplesmente Luxo foi necessário, diante do momento em que estamos vivendo".

PRISCILA NATIVIDADE

EVENTOS SUSPENSOS

Réveillon N1, em Itacaré

Réveillon Celebre

Simplesmente Luxo

Festa da Virada 2020

Réveillon Costa do Sol

Nanô Beach Club, Subaúma

Réveillon Mil Sorrisos, Barra Grande

Réveillon da Vila, Santa Cruz de Cabrália

March Nye, Boipeba

Réveillon Maré Blu

Réveillon Axé Mol, Porto Seguro

Batuba Beach Sound, Ilhéus

Réveillon Blessed, Vera Cruz

Réveillon da AAB, Salvador

Réveillon Cepe Stela Maris, Salvador

RANKING DE OCUPAÇÃO DOS HOTÉIS DE SALVADOR

1 - Monte Pascoal (Barra) 85,16% de taxa de ocupação

2 - Intercity Premium (Tancredo Neves) 75,74%

3 - Grande Hotel da Barra (Barra) 66%

4 - Ibis Hangar (Paralela) 62,55%

5 - Grand Hotel Stella Maris (Stella Maris) 60,11%

6 - Sol Vitória Marina (Vitória) 51,94%

7 - Mercure Rio Vermelho (Rio Vermelho) 51,44%

8 - Vila Galé Salvador (Ondina) 51%

9 - Quality São Salvador (Tancredo Neves) 42,55%

10 - Fiesta Bahia (Itaigara) 41,60%



ARACEN MARIANO/ARQUIVO CORREIO

“ O desemprego deve continuar avançando pelo menos até que haja uma recomposição da força de trabalho”
Étore Sanchez

Economista-chefe da Ativa Investimentos, ao comentar os dados divulgados ontem pela PNAD-IBGE sobre desemprego no Brasil

Desemprego atinge 14,1 milhões no país

IBGE revela que, no último trimestre do ano, brasileiros desalentados somam 5,8 milhões

Das agências
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

A população que procurou trabalho e não encontrou no trimestre encerrado em outubro cresceu para 14,1 milhões de brasileiros, 7,1% a mais que nos três meses finalizados em julho. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda segundo o órgão, a alta acrescentou 931 mil à população desocupada e fez a taxa de desocupação aumentar 0,5 ponto percentual, chegando a 14,3%.

De acordo com o IBGE, a população ocupada também cresceu no trimestre encerrado em outubro, chegando a 84,3 milhões. Esse contingente representa 48% da cerca de 175 milhões brasileiros em idade produtiva.

Além da desocupação, o instituto mede a subutilização da força de trabalho, que considera também pessoas que estavam disponíveis e gostariam de ter trabalhado mais horas naquele período. A taxa de subutilização caiu 0,7 ponto percentual no trimestre encerrado em outubro e chegou a 29,5%, 32,5

milhões de pessoas.

Apesar de alto, o número de outubro veio melhor que o esperado pelo mercado. Analistas ouvidos pelo jornal O Estado de São Paulo, por exemplo, previam uma taxa de desemprego entre 14,5% e 15%, com mediana de 14,7%. Houve até uma queda em relação ao trimestre encerrado em setembro, quando a taxa ficou em 14,6%.

Para o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, essa redução, a primeira em nove meses nessa comparação, é uma surpresa positiva: “O resultado de outubro mostrou uma força inesperada, denota uma recuperação da economia ao menos marginalmente mais célere”, afirma Sanchez. “Mesmo assim, é uma constatação frágil o desemprego deve continuar avançando pelo menos até que haja uma recomposição da força de trabalho”, acrescentou.

DESALENTADOS

Ainda de acordo com a pesquisa, a população desalentada permaneceu em 5,8 milhões de pessoas, sem alterações significativas em relação ao trimestre anterior. Os desalentados são os trabalhadores desempregados que desistiram de procurar emprego e não são incluídos na

taxa de desocupação.

O rendimento médio real habitual dos trabalhadores não teve variação significativa no trimestre analisado e ficou em R\$ 2.529, o que representa um aumento de 5,8% em relação ao mesmo período de 2019. Apesar disso, a massa de rendimento real habitual de todos os trabalhadores brasileiros caiu 5,3% na comparação interanual e atingiu R\$ 207,9 bilhões.

Quatro grupamentos de atividades tiveram queda no rendimento médio real habitual quando o trimestre encerrado em outubro é comparado com os meses de maio, junho e julho: Construção (-4,9%); Transporte, armazenagem e correio (-6,9%); Outros serviços (-6,8%) e Serviços domésticos (-4,7%). Já na comparação com o ano passado, somente os trabalhadores da indústria tiveram alta no rendimento médio.

CARTEIRA ASSINADA

A pesquisa divulgada ontem contabiliza 29,8 milhões de trabalhadores em empregos com carteira assinada no setor privado, 9,5 milhões em empregos sem carteira, 25 milhões de trabalhadores por conta própria e 4,7 milhões de trabalhadores domésticos. Há ainda 3,9 milhões de empregadores e 12 milhões de

O comércio foi uma das áreas onde ocorreu diminuição de trabalhadores ocupados no trimestre encerrado em outubro

empregados nas atividades do setor público.

A taxa de informalidade avançou no trimestre analisado e chegou a 38,8%, somando 32,7 milhões de trabalhadores. Nos três meses encerrados em julho, a taxa foi de 37,4%.

A população com emprego formal no setor privado teve uma alta de 384 mil pessoas no trimestre encerrado em outubro, em relação ao trimestre finalizado em julho.

Na mesma base de comparação, o grupo de empregados sem carteira assinada no setor privado aumentou 9%, o que em número absolutos representa 779 mil pessoas.

O grupo de trabalhadores por conta própria teve a maior alta em números absolutos, com 1,1 milhão de pessoas a mais, o que equivale a 4,9% de aumento. Já o de trabalhadores domésticos não teve variação significativa.

Segundo o IBGE, o número de trabalhadores ocupados cresceu no trimestre em quatro de dez grupamentos de atividades, na comparação com o período imediatamente anterior: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (3,8%), indústria (3,0%), construção (10,7%) e comércio e reparação de veículos automotores (4,4%).

Em relação a 2019, o trimestre teve queda na ocupação em oito dos dez grupamentos analisados: indústria (-10,6%), construção (-13,7%), comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-11,2%); transporte, armazenagem e correio (-13,4%); alojamento e alimentação (-28,5%); informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-4,0%); outros serviços (-20,4%) e serviços domésticos (-25,4%).

DADOS DA PNAD:

84,3
milhões de brasileiros estão ocupados, segundo pesquisa do IBGE divulgada ontem;

32,5
milhões de pessoas estão subaproveitadas pelo mercado de trabalho;

98,4
milhões de pessoas é o contingente da população na força de trabalho;

77,2
milhões é a população foram da força de trabalho, ainda segundo o IBGE;

5,8
milhões desistiram de buscar um emprego.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/12/20	



CONTAS PÚBLICAS FECHAM NOVEMBRO COM SALDO NEGATIVO DE R\$ 18,2 BI



admin 29 Dezembro, 2020

O Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – registrou déficit primário de R\$ 18,241 bilhões, em novembro, informou hoje (29) a Secretaria do Tesouro Nacional. O resultado apresentou crescimento real (descontada a inflação) de 5,5%, em relação a novembro de 2019. É o maior saldo negativo para o mês desde novembro de 2016, quando ficou em R\$ 44,324 bilhões.

O déficit primário é o saldo negativo nas contas do governo, com despesas maiores que as receitas, sem considerar nesse cálculo os gastos com juros da dívida pública.

Apesar do crescimento do déficit, o resultado de novembro foi melhor que a expectativa do mercado financeiro (pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia), que indicava um déficit de R\$ 55,1 bilhões.

No entanto, acrescenta o Tesouro, o recolhimento em novembro de parte das receitas adiadas no início da pandemia resultou em impacto positivo no fluxo de arrecadação. A receita total de novembro de 2020 (R\$ 139,760 bilhões) cresceu 5,4% em termos reais quando comparada ao mesmo mês de 2019. A despesa total chegou a R\$ 131,381 bilhões, com aumento de 6,4%.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/12/20	



FÁBRICA TÊXTIL INVESTE R\$ 2,8 MILHÕES EM UNIDADE EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS



admin 29 Dezembro, 2020

Com investimentos de R\$ 2,8 milhões, a indústria têxtil Dubahia vai ampliar sua fábrica, instalada em Santo Antônio de Jesus. A empresa, que fornece matéria prima para indústria calçadista, assinou protocolo de intenções com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), na segunda-feira (28). A companhia passará a produzir palmilhas e beneficiará couraças, além de aumentar a produção atual de tecidos dublados (processo de colagem entre tecidos diversos ou espumas), espumas em PU, tecidos sem dublar e dublagem a termoponto. A empresa vai manter os 46 empregos diretos e criar 17 novos.

“O setor de calçados e componentes é um dos maiores empregadores da indústria, fora da Região Metropolitana. Estamos assinando protocolo com uma empresa fornecedora de matéria prima e é importante dizer que temos aqui todas as etapas de produção do segmento. As empresas têm inovado, investido em novos produtos e tecnologias para atender às demandas do mercado”, declara o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

“As crescentes demandas do setor e a necessidade de otimização da logística de materiais que compõem a cadeia de fornecimento foram essenciais para o start deste projeto. Poderemos atender com mais precisão os pedidos, além de contribuir definitivamente para o crescimento de uma cadeia produtiva tão importante, como a calçadista”, afirma o gerente operacional da Dubahia, André Dutra de Mattos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/12/2020	Caderno: Notícias



Terça, 29 de Dezembro de 2020 - 19:20

Rombo vai a R\$ 700 bi e Tesouro diz ser limitado espaço fiscal para novo socorro à Covid

por Bernardo Caram | Folhapress

As contas do governo federal registraram déficit primário de R\$ 18,2 bilhões em novembro. Sob impacto da pandemia do novo coronavírus, o rombo acumulado dos onze primeiros meses do ano atingiu R\$ 699,1 bilhões, informou o Tesouro Nacional nesta terça-feira (29).

Embora o governo evite afirmar que o país passa por um agravamento da crise sanitária, o órgão do Ministério da Economia fala em segunda onda e diz não haver margem no Orçamento do ano que vem para novas medidas de combate à doença.

"Para 2021, observa-se o aumento recente das incertezas em relação aos impactos da segunda onda da pandemia de Covid-19. O espaço fiscal que o país dispõe para a implementação de novas medidas de enfrentamento dos impactos econômicos e sociais da pandemia é limitado", informou o Tesouro em nota.

No documento, o órgão defendeu que seja priorizada a sustentabilidade fiscal do país, com redução de gastos obrigatórios e respeito ao teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

Segundo o Tesouro, essas ações permitirão uma melhora das expectativas dos agentes econômicos, o que viabiliza uma redução das taxas de juros.

"É por meio da responsabilidade fiscal que se possibilitará, de forma mais segura, a melhoria sustentável da vida dos brasileiros nos próximos anos", afirmou.

Para o enfrentamento da pandemia em 2020, o governo abriu os cofres. Até o momento, foram liberados R\$ 595 bilhões para ações de saúde, assistência a vulneráveis, socorro a governos regionais e programas de emprego e crédito.

A ação mais cara foi o auxílio emergencial pago a trabalhadores informais. A última liberação da assistência foi realizada nesta terça-feira e não há previsão de novos pagamentos.

Para 2021, não haverá vigência do decreto de calamidade pública e do chamado Orçamento de guerra, medidas aprovadas para liberar gastos na pandemia sem ferir regras fiscais. Elas perdem a validade em 31 de dezembro.

A partir de janeiro, portanto, as travas fiscais serão retomadas. Isso significa que o governo não terá liberdade para gastar além do previsto no Orçamento.

Técnicos do governo afirmam que é pequena a margem para implementar novas ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto limita o crescimento das despesas acima da inflação. A regra de ouro barra a

alta do endividamento. A meta define o quanto o governo terá de rombo ou superávit fiscal.

De acordo com o secretário do Tesouro substituto, Otávio Ladeira, considerando as restrições fiscais de 2021, o governo apenas terá margem para mais gastos se ampliar a arrecadação. Ainda assim, esse eventual espaço aberto só poderá virar despesa se houver urgência, porque o teto de gastos estará no limite e haverá a trava da meta fiscal.

Ladeira ressalta que o governo prevê uma sobra de R\$ 31,6 bilhões em recursos emergenciais liberados neste ano e que poderão ser usados em 2021. A maior parte diz respeito ao programa de vacinação, no valor de R\$ 20 bilhões.

No mês passado, o rombo de R\$ 18 bilhões nas contas públicas surpreendeu positivamente, informou o governo. Segundo o Tesouro, pesquisa com agentes de mercado apontava para um déficit de R\$ 55 bilhões no mês.

Entre os fatores que colaboraram para uma melhora do resultado está o pagamento de impostos que haviam sido adiados na fase mais aguda da pandemia. A receita total de novembro ficou 5,4% acima do observado no mesmo mês de 2019, já descontada a inflação.

Os gastos de enfrentamento à pandemia levam a um rombo anual recorde e impactam diretamente o endividamento do governo. Estimativas do Ministério da Economia apontam que 2020 deve ser encerrado com uma dívida bruta de 91% do PIB (Produto Interno Bruto).

Segundo o Tesouro, o Brasil é um dos países mais endividados do mundo e precisa limitar os gastos obrigatórios e a rigidez orçamentária, que reduzem o espaço para investimentos e programas sociais.

*

R\$ 699,1 bilhões É o rombo fiscal acumulado entre janeiro e novembro deste ano

AS SOLUÇÕES EM 2020

Calamidade pública - Decreto liberou o governo para gastar mais e descumprir a meta fiscal do ano. Com isso, não foi necessário cortar gastos de ministérios para compensar as despesas com a pandemia

PEC de guerra - Criou uma espécie de Orçamento paralelo, voltado ao combate da pandemia. Dispensou o cumprimento da regra de ouro e flexibilizou regras para contratações, obras e serviços

Créditos extraordinários- Recursos adicionais usados para cobrir despesas consideradas urgentes ou imprevisíveis. Não afetam o teto de gastos, mas impactam a regra de ouro e a meta (que foram suspensas em 2020)

PARA 2021

Medidas que retiraram travas do Orçamento deixam de valer e o governo precisará respeitar regras fiscais. Espaço para novos gastos será limitado. Brecha foi aberta pelo TCU, que autorizou o governo a usar sobras do Orçamento deste ano em 2021, na forma de restos a pagar. Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais.

REGRAS FISCAIS

Teto de gastos - Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação

Meta fiscal - É o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros

Regra de ouro - Impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/12/2020	Caderno: Notícias



Terça, 29 de Dezembro de 2020 - 19:00

Contas públicas fecham novembro com saldo negativo de R\$ 18,2 bilhões



O Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – registrou déficit primário de R\$ 18,241 bilhões, em novembro, informou nesta terça-feira (29), a Secretaria do Tesouro Nacional. O resultado apresentou crescimento real (descontada a inflação) de 5,5%, em relação a novembro de 2019. É o maior saldo negativo para o mês desde novembro de 2016, quando ficou em R\$ 44,324 bilhões.

O déficit primário é o saldo negativo nas contas do governo, com despesas maiores que as receitas, sem considerar nesse cálculo os gastos com juros da dívida pública, de acordo com a Agência Brasil.

Apesar do crescimento do déficit, o resultado de novembro foi melhor que a expectativa do mercado financeiro (pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia), que indicava um déficit de R\$ 55,1 bilhões.

“Assim como nos meses anteriores, o déficit observado em novembro é influenciado pelo aumento das despesas do Poder Executivo decorrentes de medidas de combate à crise da covid-19”, diz o relatório do Tesouro Nacional.

No entanto, acrescenta o Tesouro, o recolhimento em novembro de parte das receitas adiadas no início da pandemia resultou em impacto positivo no fluxo de arrecadação. A receita total de novembro de 2020 (R\$ 139,760 bilhões) cresceu 5,4% em termos reais quando comparada ao mesmo mês de 2019. A despesa total chegou a R\$ 131,381 bilhões, com aumento de 6,4%.

De janeiro a novembro, o déficit primário ficou em R\$ 699,105 bilhões, contra R\$ 80,428 bilhões, em igual período de 2019. Até o mês passado, os gastos com as medidas de combate à crise causada pela pandemia de covid-19 totalizaram R\$ 487,4 bilhões.

Em 12 meses até novembro, o déficit primário chegou a R\$ 732,9 bilhões, o equivalente a 9,6% do Produto Interno Bruto (PIB). A atual projeção do governo para o déficit primário é de R\$ 831,8 bilhões, cerca de 11,5% do PIB, neste ano.

Veículo: Bocão News	
Data: 30/12/20	



Sete estados prorrogam decretos de calamidade por conta do coronavírus e pressionam Bolsonaro a fazer o mesmo



30 de Dezembro de 2020 às 08:26

Por: Karine Melo - Repórter Agência Brasil - Brasília Por: Redação BNews

Sete estados e o Distrito Federal decretaram a prorrogação até o fim de junho do estado de calamidade em razão do agravamento da crise sanitária provocada pela Covid-19, segundo apurou a coluna Painel, do jornal Folha de São Paulo.

MG, PE, PI, PR, RR, RO e TO já prorrogaram o status que permite o aumento de gastos com pessoal e a realocação de verba de outras áreas para o combate à pandemia.

Enquanto o governo federal discute e alega não ter espaço fiscal para ampliar despesas em 2021, os governadores pressionam Bolsonaro para ampliar o decreto

de calamidade pública no país, aumentando assim o espaço para manobras fiscais e financeiras no governo federal, que hoje é limitado pelo teto de gasto e pela regra de ouro.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT-PI), declarou à Folha que a tendência é que mais estados renovem a calamidade por necessidade. Governadores querem que a União também prorrogue, para viabilizar a extensão de auxílios, como o emergencial. Segundo a coluna, estados do nordeste, como Pernambuco e Bahia, temem os efeitos negativos que a falta do Carnaval trará às suas economias em 2021.

Dias, que lidera os governadores no tema Covid, participou de conversas com o governo federal nesta terça (29) e diz que a avaliação que está sendo feita é se a prorrogação, caso ocorra, deve durar três ou seis meses, com revisões mensais. A Economia tem emitido sinais de que é contra.

Veículo: Bocão News	
Data: 29/12/20	



Rombo vai a R\$ 700 bi e Tesouro diz ser limitado espaço fiscal para novo socorro à Covid-19



29 de Dezembro de 2020 às

19:13 Por: Divulgação Por: Folhapress

COMPARTILHE:

As contas do governo federal registraram déficit primário de R\$ 18,2 bilhões em novembro. Sob impacto da pandemia do novo coronavírus, o rombo acumulado dos onze primeiros meses do ano atingiu R\$ 699,1 bilhões, informou o Tesouro Nacional nesta terça-feira (29).

Embora o governo evite afirmar que o país passa por um agravamento da crise sanitária, o órgão do Ministério da Economia fala em segunda onda e diz não haver margem no Orçamento do ano que vem para novas medidas de combate à doença.

"Para 2021, observa-se o aumento recente das incertezas em relação aos impactos da segunda onda da pandemia de Covid-19. O espaço fiscal que o país dispõe para a implementação de novas medidas de enfrentamento dos impactos econômicos e sociais da pandemia é limitado", informou o Tesouro em nota.

No documento, o órgão defendeu que seja priorizada a sustentabilidade fiscal do país, com redução de gastos obrigatórios e respeito ao teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

Segundo o Tesouro, essas ações permitirão uma melhora das expectativas dos agentes econômicos, o que viabiliza uma redução das taxas de juros.

"É por meio da responsabilidade fiscal que se possibilitará, de forma mais segura, a melhoria sustentável da vida dos brasileiros nos próximos anos", afirmou.

Para o enfrentamento da pandemia em 2020, o governo abriu os cofres. Até o momento, foram liberados R\$ 595 bilhões para ações de saúde, assistência a vulneráveis, socorro a governos regionais e programas de emprego e crédito.

A ação mais cara foi o auxílio emergencial pago a trabalhadores informais. A última liberação da assistência foi realizada nesta terça-feira e não há previsão de novos pagamentos.

Para 2021, não haverá vigência do decreto de calamidade pública e do chamado Orçamento de guerra, medidas aprovadas para liberar gastos na pandemia sem ferir regras fiscais. Elas perdem a validade em 31 de dezembro.

A partir de janeiro, portanto, as travas fiscais serão retomadas. Isso significa que o governo não terá liberdade para gastar além do previsto no Orçamento.

Técnicos do governo afirmam que é pequena a margem para implementar novas ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto limita o crescimento das despesas acima da inflação. A regra de ouro barra a alta do endividamento. A meta define o quanto o governo terá de rombo ou superávit fiscal.

De acordo com o secretário do Tesouro substituto, Otávio Ladeira, considerando as restrições fiscais de 2021, o governo apenas terá margem para mais gastos se ampliar a arrecadação. Ainda assim, esse eventual espaço aberto só poderá virar despesa se houver urgência, porque o teto de gastos estará no limite e haverá a trava da meta fiscal.

Ladeira ressalta que o governo prevê uma sobra de R\$ 31,6 bilhões em recursos emergenciais liberados neste ano e que poderão ser usados em 2021. A maior parte diz respeito ao programa de vacinação, no valor de R\$ 20 bilhões.

No mês passado, o rombo de R\$ 18 bilhões nas contas públicas surpreendeu positivamente, informou o governo. Segundo o Tesouro, pesquisa com agentes de mercado apontava para um déficit de R\$ 55 bilhões no mês.

Entre os fatores que colaboraram para uma melhora do resultado está o pagamento de impostos que haviam sido adiados na fase mais aguda da pandemia. A receita total de novembro ficou 5,4% acima do observado no mesmo mês de 2019, já descontada a inflação.

Os gastos de enfrentamento à pandemia levam a um rombo anual recorde e impactam diretamente o endividamento do governo. Estimativas do Ministério da Economia apontam que 2020 deve ser encerrado com uma dívida bruta de 91% do PIB (Produto Interno Bruto).

Segundo o Tesouro, o Brasil é um dos países mais endividados do mundo e precisa limitar os gastos obrigatórios e a rigidez orçamentária, que reduzem o espaço para investimentos e programas sociais.

R\$ 699,1 bilhões

É o rombo fiscal acumulado entre janeiro e novembro deste ano

AS SOLUÇÕES EM 2020

Calamidade pública - Decreto liberou o governo para gastar mais e descumprir a meta fiscal do ano. Com isso, não foi necessário cortar gastos de ministérios para compensar as despesas com a pandemia

PEC de guerra - Criou uma espécie de Orçamento paralelo, voltado ao combate da pandemia. Dispensou o cumprimento da regra de ouro e flexibilizou regras para contratações, obras e serviços

Créditos extraordinários- Recursos adicionais usados para cobrir despesas consideradas urgentes ou imprevisíveis. Não afetam o teto de gastos, mas impactam a regra de ouro e a meta (que foram suspensas em 2020)

PARA 2021

Medidas que retiraram travas do Orçamento deixam de valer e o governo precisará respeitar regras fiscais. Espaço para novos gastos será limitado. Brecha foi aberta pelo TCU, que autorizou o governo a usar sobras do Orçamento deste ano em 2021, na forma de restos a pagar. Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais.

REGRAS FISCAIS

Teto de gastos - Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação

Meta fiscal - É o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros

Regra de ouro - Impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais.

Veículo: Bocão News	
Data: 29/12/20	



Contas públicas fecham novembro com saldo negativo de R\$ 18,2 bilhões



29 de Dezembro de 2020 às 17:04

Por: Marcello Casal Jr/Agência Brasil Por: Agência Brasil

COMPARTILHE:

O Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – registrou déficit primário de R\$ 18,241 bilhões, em novembro, informou hoje (29) a Secretaria do Tesouro Nacional. O resultado apresentou crescimento real (descontada a inflação) de 5,5%, em relação a novembro de 2019. É o maior saldo negativo para o mês desde novembro de 2016, quando ficou em R\$ 44,324 bilhões.

O déficit primário é o saldo negativo nas contas do governo, com despesas maiores que as receitas, sem considerar nesse cálculo os gastos com juros da dívida pública.

Apesar do crescimento do déficit, o resultado de novembro foi melhor que a expectativa do mercado financeiro (pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia), que indicava um déficit de R\$ 55,1 bilhões.

“Assim como nos meses anteriores, o déficit observado em novembro é influenciado pelo aumento das despesas do Poder Executivo decorrentes de medidas de combate à crise da covid-19”, diz o relatório do Tesouro Nacional.

No entanto, acrescenta o Tesouro, o recolhimento em novembro de parte das receitas adiadas no início da pandemia resultou em impacto positivo no fluxo de arrecadação. A receita total de novembro de 2020 (R\$ 139,760 bilhões) cresceu 5,4% em termos reais quando comparada ao mesmo mês de 2019. A despesa total chegou a R\$ 131,381 bilhões, com aumento de 6,4%.

Resultado acumulado

De janeiro a novembro, o déficit primário ficou em R\$ 699,105 bilhões, contra R\$ 80,428 bilhões, em igual período de 2019.

Até o mês passado, os gastos com as medidas de combate à crise causada pela pandemia de covid-19 totalizaram R\$ 487,4 bilhões.

Em 12 meses até novembro, o déficit primário chegou a R\$ 732,9 bilhões, o equivalente a 9,6% do Produto Interno Bruto (PIB). A atual projeção do governo para o déficit primário é de R\$ 831,8 bilhões, cerca de 11,5% do PIB, neste ano.

Veículo: G1	
Data: 30/12/20	



Contas públicas registram déficit de R\$ 18,1 bilhões em novembro, diz BC

Números voltaram a ficar negativos após superávit verificado em outubro, o primeiro de 2020. Resultado está relacionado à crise gerada pela pandemia da Covid-19.

Por Laís Lis, G1 — Brasília

30/12/2020 09h57 Atualizado há 3 minutos

As contas do setor público consolidado registraram déficit primário de R\$ 18,140 bilhões em novembro, informou o Banco Central nesta quarta-feira (30). Os números englobam as contas do governo federal, estados, municípios e empresas estatais.

No acumulado de janeiro a novembro, o setor público consolidado apresenta déficit primário de R\$ 651,113 bilhões (*leia mais abaixo*). O déficit primário acontece quando as despesas do governo são maiores que as receitas com impostos e contribuições. Quando ocorre o contrário, há um superávit. A conta não inclui os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

As contas voltaram para o vermelho em novembro depois de registrarem **o primeiro superávit do ano em outubro, de R\$ 2,953 bilhões**.

As contas públicas vêm registrando rombos fiscais elevados desde abril. Isso se deve **ao aumento de despesas do governo federal**, estados e municípios com medidas de enfrentamento da crise provocada pela pandemia da Covid-19 e também à **queda na arrecadação** por conta da queda da atividade econômica e da decisão do governo de adiar o recolhimento de impostos.

Nos últimos meses, porém, indicadores apontam para uma retomada da economia, ligada ao pagamento do auxílio emergencial e à redução do distanciamento social.

De acordo com o BC, no mês passado o governo federal registrou déficit primário de R\$ 20,394 bilhões. Esse valor, porém, foi parcialmente compensado por um saldo positivo de R\$ 2,340 bilhões dos estados e municípios. Já as estatais registraram um déficit de R\$ 87 milhões em novembro.

Parcial do ano

No acumulado dos onze primeiros meses deste ano, as contas do setor público consolidado apresentaram déficit primário de R\$ 651,113 bilhões.

Para este ano, havia uma meta de déficit para o setor público de até R\$ 118,9 bilhões. Entretanto, com o decreto de calamidade pública, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional por conta da pandemia, não será mais necessário atingir esse valor. Em todo ano de 2019, as contas do setor público tiveram um déficit primário de R\$ 61,87 bilhões, ou 0,84% do Produto Interno Bruto (PIB).

Gastos com juros

Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta – no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, utilizado

para comparação internacional – houve déficit de R\$ 20,123 bilhões nas contas do setor público em novembro.

Em 12 meses até outubro deste ano, o resultado ficou negativo (déficit nominal) em R\$ 978 bilhões, o equivalente a 13,14% do PIB – valor alto para padrões internacionais e economias emergentes. Esse número é acompanhado pelas agências de classificação de risco para a definição da nota de crédito dos países, indicador levado em consideração por investidores.

O resultado nominal das contas do setor público sofre impacto do déficit primário elevado, das atuações do BC no câmbio, e dos juros básicos da economia (Selic) fixados pela instituição para conter a inflação.

Dívida bruta

A dívida bruta do setor público – governo federal, INSS e governos estaduais e municipais - indicador que é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco, apresentou redução em novembro.

Em dezembro do ano passado, a dívida estava em 74,3% do PIB, somando R\$ 5,5 trilhões. Em setembro deste ano, já tinha avançado para 88,7% do PIB (R\$ 6,53 trilhões), em outubro, atingiu 88,8% do PIB, o equivalente a R\$ 6,57 trilhões e em novembro ficou em R\$ 6,55 trilhões, ou 88,1% do PIB, informou o Banco Central.

O Ministério da Economia tem estimado que a dívida bruta do setor público pode encerrar este ano em mais de 90% do PIB devido aos gastos para combater a pandemia do novo coronavírus.

Veículo: Metro1	
Data: 29/12/20	



Rombo nas contas públicas em 2020 chega a R\$ 700 bilhões

No mesmo período do ano passado, o déficit nas contas públicas era R\$ 80 bilhões



Foto : José Cruz/Agência Brasil

Por Luciana Freire no dia 29 de Dezembro de 2020 · 17:30

O governo acumula um rombo de R\$ 699,1 bilhões em 2020, entre janeiro e novembro, segundo dados divulgados hoje (29) pelo Tesouro Nacional. O número é o pior já registrado, resultado da série de medidas que o governo tomou por conta da crise causada pelo coronavírus e do tombo na economia.

No mesmo período do ano passado, o déficit nas contas públicas era R\$ 80 bilhões. O governo precisa recorrer ao mercado para cobrir os gastos.

A previsão do governo é fechar o ano com uma dívida equivalente a 91% do PIB. O Tesouro destaca no relatório que o Brasil continua sendo um dos países emergentes mais endividados do mundo.

mercado



Fila para recebimento do auxílio emergencial em agência da Caixa, em SP, no último dia do benefício Renato S. Oerguini/Futura Press/Photopress

Tesouro vê pouco espaço para mais socorro contra pandemia

Rombo nas contas do governo federal chega a R\$ 700 bilhões até novembro

Bernardo Caram

BRASÍLIA As contas do governo federal registraram déficit primário de R\$ 18,2 bilhões em novembro. Sob o impacto da pandemia do novo coronavírus, o rombo acumulou dos 12 primeiros meses do ano atingiu R\$ 699,9 bilhões, informou o Tesouro Nacional nesta terça-feira (29).

Embora o governo evite afirmar que o país passa por um agravamento da crise sanitária, o órgão do Ministério da Economia fala em segunda onda e diz não haver margem no Orçamento do ano que vem para novas medidas de combate à doença.

"Para 2021, observa-se o aumento recente das incertezas em relação aos impactos da segunda onda da pandemia de Covid-19. O espaço fiscal que o país dispõe para a implementação de novas medidas de enfrentamento dos impactos econômicos e sociais da pandemia é limitado", informou o Tesouro em nota.

No documento, o órgão defendeu que seja priorizada a sustentabilidade fiscal do país, com redução de gastos obrigatórios e respeito ao teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

De acordo com o Tesouro, essas ações permitirão uma melhora das expectativas dos agentes econômicos, o que viabiliza uma redução das taxas de juros.

"É por meio da responsabilidade fiscal que se possibilitará, de forma mais segura, a melhoria sustentável da vida dos brasileiros nos próximos anos", afirmou.

Para o enfrentamento da pandemia em 2020, o governo abriu os cofres. Até o momento, foram liberados R\$ 595 bilhões para ações de saúde, assistência a vulneráveis, socorro a governos regionais e programas de emprego e crédito. A ação mais cara foi o auxílio emergencial pago a trabalhadores informais. A última liberação da assistência foi realizada nesta terça-feira, e não há previsão de novos pagamentos.

Para 2021, não haverá vigência do decreto de calamidade pública e do chamado Orçamento de guerra, medidas aprovadas para liberar gastos na pandemia sem ferir regras fiscais. Elas perdem a validade nesta quinta-feira (31).

A partir de janeiro, portanto, as travas fiscais serão retomadas. Isso significa que o governo não terá liberdade para gastar além do previsto no Orçamento.

Técnicos do governo afirmam que é pequena a margem para implementar novas ações sem descumprir o teto de gastos, a regra de ouro e a meta fiscal.

A regra do teto limita o crescimento das despesas acima da inflação. A regra de ouro barra a alta do endividamento. A meta define o quanto o governo terá de rombo ou superávit fiscal.

De acordo com o secretário do Tesouro substituto, Otávio Ladeira, considerando as restrições fiscais de 2021, o governo não apenas terá margem para mais gastos se ampliar a ar

recadação. Ainda assim, esse eventual espaço aberto só poderá virar despesa se houver urgência, porque o teto de gastos estará no limite e haverá a trava da meta fiscal.

Ladeira ressalta que o governo prevê uma sobra de R\$ 31,6 bilhões em recursos emergenciais liberados neste ano e que poderão ser usados em 2021. A maior parte diz respeito ao programa de vacinação, no valor de R\$ 20 bilhões.

No mês passado, o rombo de R\$ 18 bilhões nas contas públicas surpreendeu positivamente, informou o governo. Segundo o Tesouro, pesquisa com agentes de mercado apontava para um déficit de R\$ 25 bilhões no mês.

Entre os fatores que colaboraram para uma melhora do resultado está o pagamento de impostos que haviam sido adiados na fase mais aguda da pandemia.

A receita total de novembro ficou 5,4% acima do previsto no mesmo mês de 2019, já descontada a inflação.

Os gastos de enfrentamento à pandemia levam a um rombo anual recorde e impactam diretamente o endividamento do governo.

Estimativas do Ministério da Economia apontam que uma dívida bruta de 91% do PIB (Produto Interno Bruto). De acordo com o Tesouro, o Brasil é um dos países mais endividados do mundo e precisa limitar os gastos obrigatórios e a rigidez orçamentária, que reduzem o espaço para investimentos e programas sociais.

Estimativas do Ministério da Economia apontam que uma dívida bruta de 91% do PIB (Produto Interno Bruto).

De acordo com o Tesouro, o Brasil é um dos países mais endividados do mundo e precisa limitar os gastos obrigatórios e a rigidez orçamentária, que reduzem o espaço para investimentos e programas sociais.

De acordo com o secretário do Tesouro substituto, Otávio Ladeira, considerando as restrições fiscais de 2021, o governo não apenas terá margem para mais gastos se ampliar a ar

recadação. Ainda assim, esse eventual espaço aberto só poderá virar despesa se houver urgência, porque o teto de gastos estará no limite e haverá a trava da meta fiscal.

Ladeira ressalta que o governo prevê uma sobra de R\$ 31,6 bilhões em recursos emergenciais liberados neste ano e que poderão ser usados em 2021. A maior parte diz respeito ao programa de vacinação, no valor de R\$ 20 bilhões.

No mês passado, o rombo de R\$ 18 bilhões nas contas públicas surpreendeu positivamente, informou o governo. Segundo o Tesouro, pesquisa com agentes de mercado apontava para um déficit de R\$ 25 bilhões no mês.

Entre os fatores que colaboraram para uma melhora do resultado está o pagamento de impostos que haviam sido adiados na fase mais aguda da pandemia.

A receita total de novembro ficou 5,4% acima do previsto no mesmo mês de 2019, já descontada a inflação.

Os gastos de enfrentamento à pandemia levam a um rombo anual recorde e impactam diretamente o endividamento do governo.

Estimativas do Ministério da Economia apontam que uma dívida bruta de 91% do PIB (Produto Interno Bruto).

De acordo com o Tesouro, o Brasil é um dos países mais endividados do mundo e precisa limitar os gastos obrigatórios e a rigidez orçamentária, que reduzem o espaço para investimentos e programas sociais.

recadação. Ainda assim, esse eventual espaço aberto só poderá virar despesa se houver urgência, porque o teto de gastos estará no limite e haverá a trava da meta fiscal.

Ladeira ressalta que o governo prevê uma sobra de R\$ 31,6 bilhões em recursos emergenciais liberados neste ano e que poderão ser usados em 2021. A maior parte diz respeito ao programa de vacinação, no valor de R\$ 20 bilhões.

No mês passado, o rombo de R\$ 18 bilhões nas contas públicas surpreendeu positivamente, informou o governo. Segundo o Tesouro, pesquisa com agentes de mercado apontava para um déficit de R\$ 25 bilhões no mês.

Entre os fatores que colaboraram para uma melhora do resultado está o pagamento de impostos que haviam sido adiados na fase mais aguda da pandemia.

A receita total de novembro ficou 5,4% acima do previsto no mesmo mês de 2019, já descontada a inflação.

Os gastos de enfrentamento à pandemia levam a um rombo anual recorde e impactam diretamente o endividamento do governo.

Estimativas do Ministério da Economia apontam que uma dívida bruta de 91% do PIB (Produto Interno Bruto).

De acordo com o Tesouro, o Brasil é um dos países mais endividados do mundo e precisa limitar os gastos obrigatórios e a rigidez orçamentária, que reduzem o espaço para investimentos e programas sociais.

De acordo com o secretário do Tesouro substituto, Otávio Ladeira, considerando as restrições fiscais de 2021, o governo não apenas terá margem para mais gastos se ampliar a ar

recadação. Ainda assim, esse eventual espaço aberto só poderá virar despesa se houver urgência, porque o teto de gastos estará no limite e haverá a trava da meta fiscal.

Ladeira ressalta que o governo prevê uma sobra de R\$ 31,6 bilhões em recursos emergenciais liberados neste ano e que poderão ser usados em 2021. A maior parte diz respeito ao programa de vacinação, no valor de R\$ 20 bilhões.

No mês passado, o rombo de R\$ 18 bilhões nas contas públicas surpreendeu positivamente, informou o governo. Segundo o Tesouro, pesquisa com agentes de mercado apontava para um déficit de R\$ 25 bilhões no mês.

Entre os fatores que colaboraram para uma melhora do resultado está o pagamento de impostos que haviam sido adiados na fase mais aguda da pandemia.

A receita total de novembro ficou 5,4% acima do previsto no mesmo mês de 2019, já descontada a inflação.

Os gastos de enfrentamento à pandemia levam a um rombo anual recorde e impactam diretamente o endividamento do governo.

Estimativas do Ministério da Economia apontam que uma dívida bruta de 91% do PIB (Produto Interno Bruto).

De acordo com o Tesouro, o Brasil é um dos países mais endividados do mundo e precisa limitar os gastos obrigatórios e a rigidez orçamentária, que reduzem o espaço para investimentos e programas sociais.

De acordo com o secretário do Tesouro substituto, Otávio Ladeira, considerando as restrições fiscais de 2021, o governo não apenas terá margem para mais gastos se ampliar a ar

As soluções para amenizar os efeitos da pandemia

Calamidade pública
Decreto liberou o governo para gastar mais e descumprir a meta fiscal do ano. Com isso, não foi necessário cortar gastos de ministérios para compensar as despesas com a pandemia

PEC de Guerra
Criou uma espécie de Orçamento paralelo, voltado ao combate da pandemia. Dispensou o cumprimento da regra de ouro e flexibilizou regras para contratações, obras e serviços

Créditos extraordinários
Recursos adicionais usados para cobrir despesas consideradas urgentes ou imprevisíveis. Não afetam o teto de gastos, mas impactam a regra de ouro e a meta (que foram suspensas em 2020)

PARA 2021
Medidas que retiraram travas do Orçamento deixam de valer, e o governo precisará respeitar regras fiscais. Espaço para novos gastos será limitado

Brecha foi aberta pelo TCU, que autorizou o governo a usar sobras do Orçamento deste ano em 2021, na forma de restos a pagar

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Calamidade pública

Decreto liberou o governo para gastar mais e descumprir a meta fiscal do ano. Com isso, não foi necessário cortar gastos de ministérios para compensar as despesas com a pandemia

Criou uma espécie de Orçamento paralelo, voltado ao combate da pandemia. Dispensou o cumprimento da regra de ouro e flexibilizou regras para contratações, obras e serviços

Recursos adicionais usados para cobrir despesas consideradas urgentes ou imprevisíveis. Não afetam o teto de gastos, mas impactam a regra de ouro e a meta (que foram suspensas em 2020)

Medidas que retiraram travas do Orçamento deixam de valer, e o governo precisará respeitar regras fiscais. Espaço para novos gastos será limitado

Brecha foi aberta pelo TCU, que autorizou o governo a usar sobras do Orçamento deste ano em 2021, na forma de restos a pagar

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

Se a arrecadação aumentar no ano que vem, haverá mais espaço apenas para despesas urgentes, já que ainda será preciso respeitar normas fiscais

receberam R\$ 1,2 bilhão nesta terça. Segundo a instituição, no total, 67,9 milhões de pessoas receberam o benefício.

Desses, 19,2 milhões estão inscritos no Bolsa Família e voltarão a receber o benefício a partir de janeiro. O programa é destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que tenham gestantes, lactantes, crianças e adolescentes até 15 anos.

O benefício é de R\$ 41, e uma família pode acumular até cinco por mês, chegando ao máximo de R\$ 205. O valor médio é de R\$ 100 por família.

A sobra de quase R\$ 29 bilhões seria suficiente para fazer novos pagamentos do auxílio em 2021. Projeção da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) aponta, por exemplo, que seria possível pagar mais três parcelas de R\$ 300 a 25 milhões de pessoas a um custo aproximado de R\$ 15 bilhões.

No entanto, o governo não prevê prorrogação. O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou mais de uma vez que a extensão não se justifica porque a pandemia estaria em queda ao mesmo tempo que a economia se recupera.

Indagado a respeito da sobra de recursos e da possibilidade de prorrogação dos benefícios, o Ministério da Cidadania não havia respondido até a conclusão deste texto.

O Ministério da Economia afirmou apenas que, em caso de sobra de recursos, não haverá aumento do endividamento do governo.

O auxílio começou a ser pago em abril para informais e inscritos no Bolsa Família para fazer frente às dificuldades impostas pela pandemia. As parcelas, inicialmente de R\$ 600, foram reduzidas para R\$ 300 em setembro.

Quando o valor da parcela foi reduzido, o governo endureceu as regras para quem tinha direito ao auxílio. Com isso, o número de beneficiários diminuiu. No último ciclo, 40 milhões de pessoas receberam a ajuda, segundo a Caixa.

Ainda não há data para o início da imunização no país. O Ministério da Saúde já fez quatro previsões: os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março foram cogitados para o começo da campanha.

Neste ano, o governo tentou propor uma ampliação do Bolsa Família para fazer uma transição após o fim do auxílio emergencial. A ideia era implementar um programa mais robusto, com mais beneficiários e parcelas em valor mais alto.

Após meses de debate, estudos foram suspensos. Divergências entre o Palácio do Planalto, o Ministério da Economia e parlamentares travaram as discussões.

A equipe econômica estudava a fusão de programas sociais existentes hoje, algo que foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Alvo de críticas, também foi engavetada a ideia apresentada por parlamentares e membros do governo de financiar o novo programa a partir da limitação de gastos com precatórios. LG e BC

tes soja (11,91% para -8,92%), bovinos (7,40% para -0,58%) e milho (21,85% para 2,17%), disse o coordenador dos índices de preços, André Braz.

"Os preços da soja e do milho seguem em alta em Bolsas internacionais, e tal movimento pode limitar a magnitude das quedas nas próximas semanas".

O Índice de Preços ao Consumidor, com peso de 30% sobre o índice geral, acelerou a alta para 1,21% em dezembro, ante 0,72% em novembro, chegando a 4,81% no acumulado do ano.

Nesse índice, a maior variação em 2020 foi no item Alimentação, de 2,66%.

O Índice Nacional de Custo de Construção (peso de 10%) terminou o ano com alta de 8,66%.

Índice que reajusta aluguel avança 23,14% em 2020, maior alta em 12 anos

SÃO PAULO | REUTERS O IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado) encerrou 2020 com alta acumulada de 23,14%, resultado mais alto em 12 anos, informou a FGV nesta terça (29).

O IGP-M é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de aluguel de imóveis.

Alta em 12 meses ficou bem acima da taxa de 7,2% do ano passado e é a maior parte desde os 25,31% de 2002.

No mês, o Índice de Preços ao Produtor Amplo, que responde por 65% do índice geral

e apura a variação dos preços no atacado, subiu 0,92%, ante 4,26% em novembro, acumulando alta de 31,63% no ano.

O destaque em 2020 ficou para o avanço de 59,96% das matérias-primas brutas, embora tenham passado a cair 0,74% em dezembro depois de alta de 5,60% em novembro.

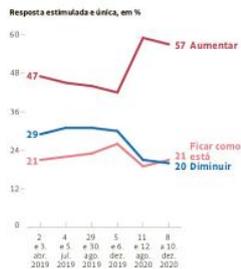
O grupo que exerce maior pressão inflacionária no índice ao produtor por estímulos de processamento cedeu no último mês de 2020. As principais contribuições para esse movimento partiram das commodities

Com pressão do atacado, IGP-M se descola do IPCA em 2020



57% dizem que desemprego vai aumentar

Daqui para a frente o desemprego vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?



Percentual de desempregados, donas de casa e aposentados cresce na pandemia

Ocupação antes da pandemia e agora	Antes da pandemia	Agora
PEA*	75	68
Assalariado registrado	29	22
Assalariado sem registro	7	5
Funcionário público	7	6
Autônomo regular	12	10
Profissional liberal	1	1
Empresário	4	4
Free-lance/bico	9	9
Estagiário/aprendiz	1	1
Outros	1	2
Desempregado (Próxima emprego)	13	10
NÃO PEA	25	32
Dona de casa	6	11
Aposentado	9	11
Estudante	4	4
Outros	1	1
Desempregado (Não procura emprego)	1	1

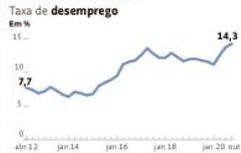
Desemprego vai a 14,3%, mas IBGE vê melhora no mercado de trabalho

Para instituto, aumento na população ocupada e contratações em setores como a indústria indicam melhora no emprego

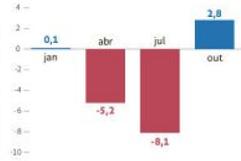
Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A taxa de desemprego subiu no trimestre encerrado em outubro, mas os dados divulgados pelo IBGE nesta terça (29) apontam para recuperação do mercado de trabalho brasileiro, com mais gente ocupada e retomada das contratações por setores importantes, como a indústria. Segundo o instituto, o Brasil tinha 14,1 milhões de desempregados no trimestre, 93 mil a mais que no trimestre móvel anterior, encerrado em julho. A taxa de desemprego subiu de 13,8% para 14,3%, a maior para o período desde o início da pesquisa, em 2012, mas abaixo das expectativas do mercado, de 14,7%. A piora do desemprego reflete o aumento do número de brasileiros que decidiram ir às ruas em busca de uma vaga após o relaxamento das medidas de distanciamento social adotadas no período mais duro da pandemia. A estatística do IBGE considera desempregada a pessoa que procurou trabalho na semana da pesquisa. Mas outros indicadores da pesquisa mostraram que o mercado de trabalho vem se recuperando do tombo, disse a coordenadora do IBGE Maria Lúcia Vieira, destacando que a continuidade da recuperação vai depender da evolução da pandemia após o repique de contaminações. O número de brasileiros com algum tipo de trabalho cresceu 2,8%, ou 2,2 milhão de pessoas no trimestre. A recuperação foi puxada pela informalidade desse total: 2 milhões são trabalhadores considerados informais, grupo que compreende empregados do setor privado e domésticos sem carteira, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e trabalhadores auxiliares familiares. "A recuperação [dos informais] não pode ser vista como negativa", disse o diretor adjunto de pesquisas do IBGE, Cimar Azeredo. "Mostra um retorno das pessoas que foram afastadas com a crise sanitária". Houve também um crescimento, ainda que pequeno, no número de trabalhadores com carteira assinada, que avançou 1,3% em relação ao trimestre encerrado em julho. O crescimento na ocupação ocorreu em 4 dos 10 grupos de atividade: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (3,8%), Indústria

Desemprego sobe mesmo com alta na ocupação



Varição da população ocupada em 2020



Varição no trimestre por posição na ocupação e categoria de emprego

Categoria	Varição (%)
Emprego no setor privado com carteira assinada	1,3
Emprego no setor privado sem carteira assinada	9,0
Trabalhadores por conta própria	4,9
Trabalhador doméstico sem carteira	6,2
Trabalhador auxiliar familiar	6,7

Fonte: IBGE

do mercado de trabalho do que empregadores querendo empregar", disse Vieira. "É necessário um tempo para que o mercado de trabalho volte a se ajustar e isso considerando que as questões pandêmicas não piorarão." Na comparação com o mesmo trimestre de 2019, porém, os dados ainda reforçam o estrago feito pela pandemia. A população ocupada ainda é de 10 milhões de pessoas inferior ao registrado no mesmo período do ano passado.

Para 57%, taxa de desocupação vai subir, diz Datafolha

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Quase 60% dos brasileiros dizem que daqui para a frente o desemprego vai aumentar, segundo o Datafolha. Para 57% dos entrevistados, a expectativa é de piora. Para outros 21%, a taxa vai ficar como está. Para 20%, vai diminuir, segundo levantamento realizado de 8 a 12 deste mês. Em relação à pesquisa de agosto, os percentuais oscilaram dentro da margem de erro de dois pontos percentuais. Em dezembro do ano passado, 42% esperavam aumento do desemprego, 30% achavam que iria diminuir e 26% não esperavam mudanças. Foram os melhores resultados nas pesquisas realizadas desde o início de 2019.

O perfil da amostra revela que o percentual de desempregados, donas de casa e aposentados cresceu na pandemia. A PEA (População Economicamente Ativa) encolheu durante a crise, de 75% para 68% dos entrevistados. Houve queda, principalmente, na proporção de assalariados registrados (de 29% para 22%). Os desempregados que procuraram uma ocupação subiram de 3% para 10%. Entre os grupos fora da PEA, donas de casa passaram de 6% para 11%. Aposentados, de 9% para 11%. Desempregados que não procuraram emprego, de 1% para 3%. Reportagem da Folha mostrou que quase metade da população em idade de trabalhar literalmente parou por causa da pandemia. Pela primeira vez, o número de brasileiros inativos — sem emprego e sem procurar — ultrapassou 40%.

PAINEL S.A. Águas turvas

Paula Soprana (tereira) painela@grupofolha.com.br

O frete de contêineres no trecho Brasil-China, que girava em torno de US\$ 2,500 (R\$ 12,9 mil) antes da pandemia, quadruplicou e superou US\$ 10 mil (R\$ 51,9 mil) em dezembro no Norte do país, segundo dados da empresa de transporte ES Logistics. No porto de Santos (SP), o valor gira em torno de US\$ 7,300 (R\$ 37,8 mil), com perspectiva de ultrapassar cinco dígitos em janeiro. A viagem encarecida afeta exportação e importação e inviabiliza negócios no Brasil nos últimos meses.

ESFRIOU "Tem exportador de ar-condicionado em Manaus (AM) que suspendeu todos os pedidos de janeiro. No Sul, importadores de cobertor pagam pelo produto importado US\$ 19 mil. Não faz sentido gastar metade do preço desse bem em frete. Também suspenderam" diz Fabiano Ardiço, diretor da ES Logistics.

AVENDA As privatizações do Serpro e da Dataprev, que estão no plano de desestatização do governo, acenderam alerta em organizações civis sobre o risco de transação de dados de brasileiros a empresas privadas. Essa estatística de identificação pessoal, de habilitação de motorista a dados da Previdência.

AQUECEU Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio Brasil-China, afirma que o cenário é reflexo do retorno do comércio exterior do país asiático. "Os mercados voltaram a comprar e vender para a China, mas agora faltam contêineres. É recente, mas já há quem não consiga exportar, e isso pesa no bolso."

É NOSSO "É um volume muito grande de dados. São do pooler público e usados para execução de políticas públicas. Não poderiam ser compartilhados em sua totalidade com um ente privado", diz Estela Aranha, presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB-RJ.

PREIO O presidente da Abidip (associação dos importadores de pneus), Ricardo da Costa, diz que as importadoras transferem o preço para as montadoras. "O jogo de pneus de um carro popular, que custa um R\$ 1.000, subiu 30%. Em janeiro, vai a R\$ 2.000", afirma.

PÚBLICO "Não houve discussão institucional, no Congresso ou construção colaborativa sobre o limite do uso econômico desses dados. Nas privatizações do FHC, o ativo das estatísticas de telecomunicações foi tema de amplo debate", afirma Rafael Zanatta, diretor da Data Privacy Brasil.

PERÍO O setor têxtil também já sente o efeito. Segundo Edmundo Lima, presidente da Abvtext (associação do varejo têxtil), o frete deverá encarecer as roupas de inverno do ano que vem. Já fabricantes de eletrônicos relatam aumento de 90% a 200% no valor do frete, segundo o setor.

NA FILA O Ministério da Economia diz que a manifestação de empresas interessadas a dar suporte ao projeto de desestatização foi encerrada neste mês e que o processo está em fase de assinatura. "Ainda não há decisão quanto ao modelo que será adotado."

NO ESCURO Embora a falta de contêiner seja crítica no trecho Brasil-China, há entrave em outros países. "Tive que trazer produto da Alemanha por avião para entregar no prazo. Também fiquei com produto preso por um mês no Canadá", diz Daniel Pansarela, sócio da Fusion Trade, de importação de equipamentos para geração de energia solar.

PLANO O BNDES selecionou um consórcio, que inclui a Accenture, por R\$ 7,9 milhões para estruturar a venda.

SOBE A Camex (Câmara de Comércio Exterior) manteve o índice antidumping na compra de resina de polipropileno vinda da Índia, com sobretaxa de 6,4% a 9,9%. O composto é usado em embalagens, potes e seringas plásticas.

FUNDAÇÃO As vagas no setor de construção civil cresceram 37% até novembro deste ano, na comparação com o mesmo mês de 2019, segundo o Banco Nacional de Emprego.

DESCA A sobretaxa aplicada a uma empresa sul-africana foi reduzida de 16% para 4,6%, e antidumping sobre a Coreia do Sul foi encerrado.

CAIXA Essencial na pandemia, o varejo alimentar criou quase 40 mil vagas em novembro, o melhor resultado para o mês em seis anos, diz a Associação Paulista de Supermercados.

com Arthur Cagliari

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Contribuinte	Valor mín.	Valor máx.
Autônomo, empregador e facultativo	R\$ 1.043,20	R\$ 2.209,20
MEI (Microempreendedor)	R\$ 1.043,50	R\$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.043	2,5%
De R\$ 1.043,01 a R\$ 2.086,00	9%
De R\$ 2.086,01 a R\$ 3.131,40	12%
De R\$ 3.131,41 a R\$ 6.102,00	14%

*O prazo da competência da declaração em 2020, para empresas, vence em 15/01.

IMPOSTO DE RENDA

Im R\$	Alíquota, %	Isento	Debitar, em R\$
De 1.903,99	7,5		142,80
De 1.826,66	15		354,80
De 1.751,06	22,5		636,13
Acima de 4.664,68	27,5		869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Empregado	De 7,5%	97,04%	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7/01. A data de pagamento dos empregados inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário.

mercado

O fracasso na economia e na vacina

Congresso evitou fracasso final do bolsonarismo na economia, mas não na vacina

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro anda inquieto. É assim quando seu poder ou sua popularidade estão ameaçados; quando aumenta o risco de que sua família acabe na cadeia. Então passa a dizer de muitas atrocidades do que de costume contra a democracia, a razão, a decência e a humanidade.

Nos últimos dias tenta arrumar um bode expiatório para justificar a inexistência de vacinas e escamotear o desastre com uma cortina de fumaça, com o bofo fumegante da besta feroz. Disse que quer facilitar

o acesso a armas de fogo com o objetivo de facilitar a insurgência política estivesse funcionando, talvez até se pudesse inventar uma gambiarra para lamentar para a compra de vacinas, uma atribuição clara do Ministério da Saúde, que porém, não passa de um almorçado a cargo de uma ortodoxia incapaz. Agora não temos nem a geringonça em ministério. Sobre tanto o Bolsonaro por não poder.

Já vimos isso antes. Paulo Guedes é o bolsonarismo econômico. Não é uma doutrina, claro. Para resumir, é variante

da Economia, da propagação de fantasias desviadas da assediada à incompetência e ressentidos reacionários.

Quando bateu o pânico da epidemia, na segunda semana de março, Guedes dizia que, "se promovermos as reformas, abriremos espaço para um ataque direto ao coronavírus. Com 3 bilhões, 4 bilhões ou 5 bilhões de reais a gente aniquila o coronavírus". Ou "o mundo está em desaceleração sincronizada e o Brasil em plena decolagem [na economia]".

No início de abril, disse que

conversara "com um amigo na Inglaterra que criou o passaporte de imunidade. Ele fez 40 milhões de testes. Ele colocou disponíveis para nós, brasileiros, 40 milhões de testes por mês".

O Congresso Nacional e as pressões da sociedade enfim fizeram o auxílio emergencial de R\$600, o que evitou fome, quebra de catástrofe de empresas, saques, comuão social e deve ter salvo o mandato de Bolsonaro.

O programa teve problemas, até porque não foi organizado por um governo capaz, mas era o que tínhamos. Agora, houve um movimento de governadores e do STF para fazer com que o capacho da Saúde e seu chefe se movessem um pouco. Não basta.

Guedes passou o resto do ano no delírio e na inoperância habituais. Volta e meia vinha com sua ideia de CPF para reduzir impostos sobre folha de sa-

lários. Ou com as suas "privatizações de Nostradamus", aquelas que, não se so bem quais, acontecerão em algum dia de algum século.

Em julho, como em tantos meses antes e depois, Guedes dissera que o Brasil iria "surprender o mundo" e que faria "quatro grandes privatizações nos próximos 30, 60, 90 dias". Talvez daqui a pouco, algumas centenas de ricos possam pagar seus jatinhos e se vacinar no "Primeiro Mundo". Não vai resolver, já devem saber, porque a epidemia persistente trauva a economia, assim como muitos já sabem que quem ama Amazônia e o cerrado é problema.

Qual ilusão ou cinismo pode restar? Não há governo, apenas propaganda lunática, planos de golpe, quicê de algum tipo de guerra civil. A cumplicidade vai custar caro.

viniciustorres@folha.com.br

A lição da responsabilidade fiscal

Se há uma lição a tirar desta década, é que todos os brasileiros perdem quando o governo abandona a responsabilidade fiscal; o caminho do gasto sem controle termina em recessão, desemprego e pobreza

OPINIÃO

Henrique Meirelles

Secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, foi ministro da Fazenda (2016-2018), presidente do Banco Central (2009) e presidente mundial do BankBoston.

Em janeiro de 2011, quando terminei meus oito anos de trabalho como presidente do Banco Central, o Brasil crescia a uma taxa superior a 7% ao ano, tendo superado a crise financeira de 2008.

O sucesso da política econômica era reconhecido com a concessão do grau de investimento pelas agências de avaliação de risco, o que garantia melhores condições de financiamento no mercado internacional e atraía investimentos ao país.

Em maio de 2016, assumi o Ministério da Fazenda sob uma intensa crise econômica. Entre maio de 2015 e maio de 2016, o PIB (Produto Interno Bruto) recuou 5,4%, a maior queda da história recente para um país que não estava em guerra.

Neste fim de 2020, na Secretaria da Fazenda de São Paulo, observo o Brasil se recuperar devagar da maior crise sanitária em cem anos, mas sob a ameaça de mergulhar em uma crise fiscal que pode durar anos.

A década que agora termina teve dois momentos distintos. Na primeira metade, o Brasil negligenciou o controle fiscal e, com isso, perdeu o grau de investimento e a consequente confiança dos mercados.

A expansão sem controle do gasto público entre 2011 e 2015 arruinou as contas públicas. A tentativa de maquiagem a problema — as pedaldas — custou um mandato presidencial, uma grave crise política e institucional e resultou no que era infalível: uma retração econômica que comprometeu uma geração.

O segundo momento foi de reconstrução. Comuna equipe de profissionais reconhecidos, de alto nível, assumi o Ministério da Fazenda com o compromisso de restabelecer a ordem econômica.

Rapidamente restabelecemos a credibilidade. O risco-país, que estava na faixa dos 500 pontos e encarecia o custo da dívida pública e privada, recuou à faixa dos 200 pontos. Os índices de confiança do consumidor e do empresário, que caíram desde 2011, subiram rapidamente.

Nossa principal medida foi a aprovação da emenda constitucional que instituiu o teto

de gastos, no fim de 2016. O teto encerrara um ciclo de 25 anos de expansão insustentável do gasto público acima do aumento da receita.

Ao fixar na Constituição o compromisso de que o governo não pode elevar seus gastos além de sua capacidade — preservando investimentos em saúde e educação —, o teto trouxe de volta a confiança ao país.

Além da melhora na perspectiva da dívida pública, a inflação medida pelo IPCA recuou de 9,32% para 2,36%. O Banco Central teve condições de reduzir a taxa Selic de 14,5% para 6,5% ao ano.

Não por acaso, em 2018 o Brasil cresceu 1,8%, um resultado surpreendente em um ano com uma greve de caminhoneiros e com a incerteza eleitoral.

Se há uma lição a tirar desta década, é que todos os brasileiros perdem quando o governo federal abandona a responsabilidade fiscal. Uma gestão fiscalmente responsável atrai investimentos, que geram crescimento, emprego e renda; o caminho do gasto sem controle, defendido por muitos, termina em recessão, desemprego e aumento da pobreza.

Na entrada de uma nova década, o Brasil enfrenta novamente essa escolha.

Em 2020, como todos os países, o governo federal gastou mais e gerou um enorme déficit para salvar vidas e empregos. Mas em 2021 o desafio será diferente. Não é possível manter a despesa no mesmo nível. Uma dívida pública acima de 90% do PIB não é sustentável por um país emergente como o Brasil.

Para completar a saída das crises de 2016 e da pandemia, é fundamental retomar os limites do teto de gastos para colocar as contas em ordem, reduzir o peso da dívida e sinalizar ao mercado o compromisso do Brasil com a seriedade.

Criticar o teto não resolve: é necessário fazer as escolhas certas dentro do teto. É preciso fazer reformas duras, como estamos fazendo no estado de São Paulo, para reduzir o peso da máquina pública, o custo dos juros e abrir espaço para expansão do gasto social.

Assim será possível inspirar confiança, atrair investimentos, gerar empregos e retomar o crescimento sustentável, além de reduzir a desigualdade nos próximos anos.

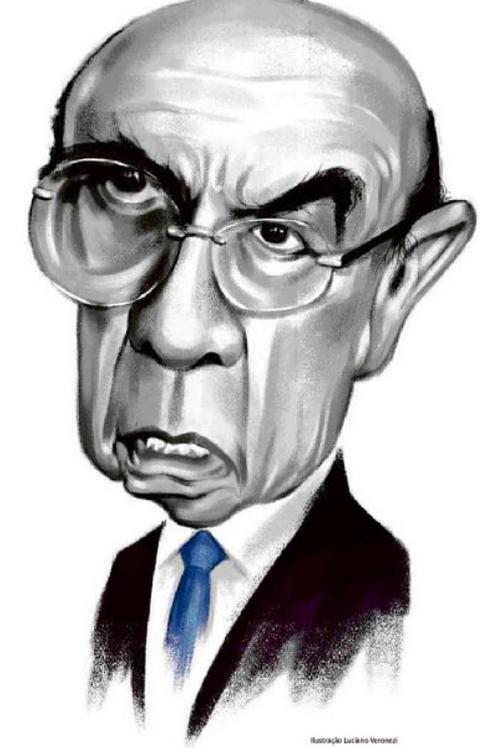


Ilustração Luciano Veronzi

Artigo é o 4º de série com ex-ministros da Fazenda da década

SÃO PAULO Presidente do Banco Central durante todo o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Henrique de Campos Meirelles assumiu o Ministério da Fazenda no início da gestão Michel Temer (2016-2018), após o afastamento da presidente Dilma Rousseff, em maio de 2016.

Na época, o país estava em plena recessão, e o novo governo tinha um programa de reformas que incluíam, por exemplo, a aprovação do teto de gastos da Constituição.

Nascido em Anápolis (GO) em 1945, Meirelles foi presidente mundial do BankBoston antes de entrar na política.

Em sua gestão, foi elaborada uma proposta de reforma da Previdência com pontos que seriam retomados no texto aprovado no governo Jair Bolsonaro (segundo partido).

Também foi aprovada uma reforma trabalhista e mudanças na taxa de juros do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que deixou de ser determinada pelo governo.

Essas medidas contribuíram para a queda da inflação, a redução dos juros ao menor valor da história recente, e o fim da recessão e um crescimento da economia que chegou a 1,8% no último ano da gestão Michel Temer. O desemprego e o déficit público, no entanto, continuaram elevados.

Meirelles deixou o ministério para ser candidato à presidência da República nas eleições de 2018 e, desde 2019, é secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, no governo João Dória (PSDB).

Legal notice containing text from the Brazilian Constitution (Art. 170, § 1º) and the Civil Code (Art. 1.040, § 1º), detailing the company's legal structure and registration information.

mercado

Conselho aprova isenção da taxa do DPVAT em 2021

Ministro do TCU manda Líder continuar a operar o seguro obrigatório

BRASILIA RIO DE JANEIRO O ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Raimundo Carrero determinou, nesta terça-feira (30), que o Superintendente do órgão que regula as seguradoras, obrigaria a Líder a continuar operando o seguro obrigatório, o DPVAT, única forma de viabilizar o repasse de R\$ 2,3 bilhões que a empresa faz para cobrir as apólices do próximo ano. Sem isso, ainda segundo a decisão do ministro, os condutores estariam em situação irregular junto aos De-

trans estaduais e não conseguiriam emitir documentos de renovação do veículo. A decisão de Carrero tem caráter cautelar porque o consórcio responsável pela gestão do seguro será dissolvido no fim deste ano. Com isso, deixará de ser responsável pela operação do DPVAT em janeiro de 2021. Reforçando a decisão do TCU, o CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) aprovou, em reunião extraordinária nesta terça, o prêmio zero para o DPVAT de 2021. Também autorizou a contratação de novo operador do seguro pela Susep em caráter emergencial e temporário. Pessoas que participam dessas discussões afirmam que a ideia é repassar esse contrato para a Caixa. Em comunicado, no entanto, a Susep só informou que está enviando os melhores esforços para viabilizar a contratação de pessoa jurídica, já na primeira semana de janeiro de 2021. O ministro do TCU, Ricardo Salgado, não se pronunciou sobre a decisão do ministro do TCU, mas afirmou que o governo e

Bolsonaro sanciona projeto que compensa Lei Kandir

BRASILIA O presidente Jair Bolsonaro sancionou projeto aprovado no Congresso para repassar R\$ 38 bilhões até 2027 para estados e municípios, como compensação por perdas com a Lei Kandir. A chamada lei Kandir (1090) prevê a isenção de pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários ou semielaborados, como produtos agrícolas, carnes, madeira e minérios. A legislação se tornou motivo de disputa ao longo dos anos, pois a contrapartida aos estados e municípios

nunca havia sido claramente estabelecida. O Confaz (Conselho de Secretários de Fazenda) estima que as perdas chegam, anualmente, ao valor de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões. O texto agora sancionado por Bolsonaro e resultado de um acordo homologado em maio no Supremo entre o governo federal e o Fórum Nacional de Governadores. Pela nova norma, entre 2020 e 2025 serão entregues R\$ 4 bilhões ao ano em benefícios. De 2023 a 2027, o repasse cairá progressiva-

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO AVISO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO AVISO DE LICITAÇÃO

Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

INSTITUTO REAL DE GERENCIAMENTO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAS

Tehama Participações Ltda.

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Conferência Brasileira de Genética

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

RECURSOS FIDUCIÁRIOS

COMISSÃO DE SELEÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

Declaração de Propósito

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Veículo: O Globo	Caderno: Economia
Data: 30/12/2020	Página:

O GLOBO

Fim do auxílio emergencial deixará 48 milhões sem ajuda do governo, em meio a nova alta de casos de Covid

Último pagamento será feito hoje. Ministério da Cidadania trabalha com a volta do Bolsa Família e busca elevar o valor médio do benefício de R\$ 192 para R\$ 200

Geralda Doca

29/12/2020 - 04:30 / Atualizado em 29/12/2020 - 14:20

BRASÍLIA — Com o fim do auxílio emergencial, 48 milhões de pessoas, sobretudo trabalhadores informais, ficarão sem ajuda financeira do governo federal a partir de janeiro, apesar do aumento de casos de Covid-19 e das restrições impostas a alguns setores para evitar aglomerações. A última parcela será paga pela Caixa Econômica Federal nesta terça-feira.

O pagamento será feito hoje a 3,2 milhões de brasileiros, encerrando o calendário iniciado em abril. De acordo com o Ministério da Cidadania, em 2021, só serão efetuados pagamentos resultantes de contestações administrativas e extrajudiciais e de decisões judiciais.

Em paralelo, o Ministério da Cidadania se prepara para o retorno do Bolsa Família, programa que atende a 19,2 milhões de pessoas — que, em abril, migraram para o auxílio emergencial.

O governo gastou até agora quase R\$ 300 bilhões para pagar o auxílio a 67,9 milhões de pessoas. Isso só foi possível graças ao decreto de situação de calamidade pública, que termina no próximo dia 31 e criou o chamado Orçamento de guerra para despesas no enfrentamento da pandemia.

A equipe econômica chegou a propor alternativas para abrir margem no Orçamento, a fim de manter o apoio à parcela mais vulnerável da população. Mas as medidas foram vetadas pelo presidente Jair Bolsonaro, que declarou que não tiraria de pobres para dar a “paupérrimos”, quando foram sugeridas medidas como ajustes em programas sociais existentes e congelamento de aposentadorias.

Há ainda a preocupação de não romper o teto de gastos, que limita o aumento das despesas.

Diante disso, o Ministério da Cidadania passou a trabalhar com a volta do Bolsa Família e busca elevar o valor médio do benefício de R\$ 192 para R\$ 200. Também há planos de incluir no programa mais 300 mil famílias, somando 14,5 milhões, dentro do orçamento de R\$ 34,8 bilhões reservado ao programa em 2021.

Por outro lado, técnicos da equipe econômica avaliam que a atividade, apesar de fraca, não foi totalmente paralisada como ocorreu em abril, quando milhões de informais ficaram sem renda.

Além disso, apesar de os depósitos do auxílio emergencial acabarem este mês, o dinheiro vai continuar pingando. A Caixa vai liberar em janeiro os saques em espécie para cerca de 34 milhões de pessoas que nasceram entre março e dezembro e demoraram a ter o pedido autorizado pelo governo.

Também termina este ano o complemento do governo federal, previsto na medida provisória 947, para os trabalhadores que fizeram acordos de redução e suspensão de jornada e salário.

Há diversos pedidos do setor produtivo para a prorrogação da medida, mas isso também esbarra no fim da situação de calamidade e na falta de um Orçamento para 2021, que só deve ser aprovado pelo Congresso em fevereiro.

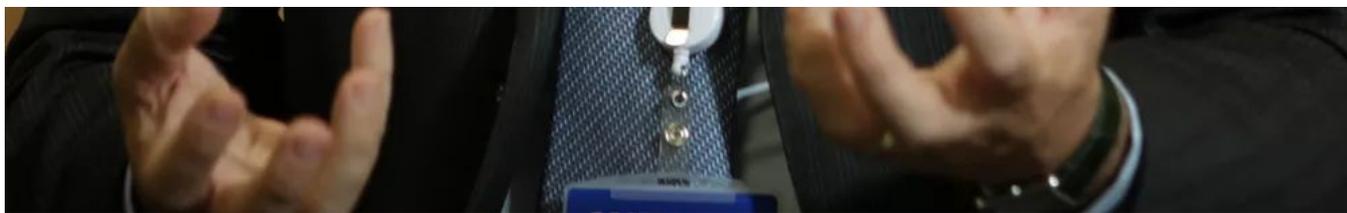
Retomada compensa término do auxílio, afirma Guimarães

Demais programas, como o Bolsa Família, passarão a ser pagos por meio do banco digital da Caixa

Por Talita Moreira — De São Paulo

30/12/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas





Pedro Guimarães: “não vejo um impacto relevante porque já vejo uma retomada da economia e de empregos” — Foto: Andre Coelho/Valor

Depois de nove meses e R\$ 298 bilhões em pagamentos, o auxílio emergencial chegou ao fim ontem, deixando em aberto como a economia reagirá sem esse aditivo. À frente da operação, que atendeu 67,9 milhões de pessoas, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, descarta um baque no nível de atividade. “Não vejo um impacto relevante porque já vejo uma retomada da economia e de empregos.”

De acordo com o executivo, o setor imobiliário tem desempenho recorde, o agronegócio está muito aquecido e a indústria já mostra bons indicadores, o que deve atenuar o impacto do fim do programa. Ao mesmo tempo, Guimarães afirma que a dinâmica da economia está muito diferente agora e o próprio uso do auxílio mostra isso. “No comecinho, foi para comprar comida e remédio. Depois, acabou o tijolo e foi muito por conta disso. No final, eu vi as pessoas usando mais para fazer investimento.”

Para Guimarães, o programa deixou como legado um banco digital com mais de 100 milhões de contas. Essa estrutura será usada agora para pagar outros benefícios sociais, como o Bolsa Família, num processo que será implantado até março. Também tornará viável uma operação de microfinanças. A seguir, os principais trechos da entrevista, concedida pelo executivo ao **Valor** por telefone:

Valor: *O pagamento do auxílio emergencial chegou ao fim ontem. Como avalia a operação?*

Pedro Guimarães: Foi uma coisa transformacional. A gente fez mais de 500 milhões de pagamentos, quase R\$ 300 bilhões. Pagamos 67,9 milhões de pessoas. Em alguns meses, 90 milhões porque fizemos antecipação do FGTS, pagamos o BEm

ninguém fez isso e espero que não faça porque só numa pandemia há necessidade. Mas o legado é muito importante. É o fato de que a gente tem um banco digital que vai beneficiar dezenas de milhões de pessoas no longo prazo. Todos os 35 milhões de brasileiros que recebem algum tipo de benefício social pela Caixa passarão a receber no Caixa Tem. Vai se aproximar de 110 milhões [de contas abertas no aplicativo], já tem mais de 100 milhões. O banco digital é um meio único de relacionamento com a população mais carente.

Valor: *O sr. já disse anteriormente que a intenção é abrir o capital do banco digital...*

Guimarães: Não tenho conforto de fechar joint-venture de tecnologia. Para cada 1 milhão, uma dá certo. Quando a empresa é listada, com selo de qualidade, cem mil acionistas, isso é controlado de forma diferente. A abertura de capital vem muito para manter o banco digital 'up to date'.

Valor: *Que impacto espera para a economia com o fim do auxílio?*

Guimarães: Até o dia 27 de janeiro continua tendo recebimento em dinheiro. Já depositamos [a última parcela] e existem pessoas que já estão usando, mas tem outras que só vão receber na boca do caixa [para sacar em dinheiro, há um cronograma]. Já há um crescimento de fato. A economia hoje é totalmente diferente da de abril ou maio. Em 160 anos de Caixa, batemos recorde de crédito imobiliário neste ano. O setor vive um crescimento fortíssimo por causa da oferta de crédito, e estimamos mais 20% no ano que vem. É um segmento crucial para emprego e renda. Além disso, estamos no Pronampe [o programa para micro e pequenas empresas]. Até amanhã, devemos fazer mais R\$ 5 bilhões nessa terceira rodada, e o uso da linha está muito diferente do que cinco meses atrás. Ali, era para evitar o fechamento, pagar conta em atraso, salário. Hoje, é para expansão. O setor agropecuário está bombando. Tem uma indústria com o melhor dado desde 2010. Tem setores de serviços que sofreram muito. Mas, do ponto de vista econômico, não se compara com abril e maio.

Valor: *Sem o auxílio, a inadimplência vai subir?*



Guimarães: A gente tinha uma expectativa de PDD [provisão para devedores duvidosos] que não se verificou. Chegamos a pausar 2,6 milhões de contratos de crédito imobiliário e 98% voltaram a pagar. O auxílio veio num momento de ruptura. Só que a gente está em dezembro, indo para janeiro. Qualquer coisa relativa ao programa é uma definição do governo. Mas não vejo um impacto relevante porque já vejo uma retomada da economia e de empregos. Na Caixa, o nível de perdas é um dos mais baixos da história. Em seguros, nunca crescemos tanto. Óbvio que vão existir problemas, mas um dos focos é a criação de um programa de microfinanças que vai atingir 10 milhões de pessoas. Em um mês? Não. Até porque a gente não quer dar a ideia de que é um novo auxílio. Esse é para quem tem condições de pagar. Para quem não tem, é via transferência de renda.

Valor: *Vai haver uma ampliação do Bolsa Família ou será criado outro programa?*

Guimarães: Não estou nessa discussão. Isso é uma questão do Ministério da Cidadania e quem decide é o presidente. O que posso dizer é que a gente está numa economia muito diferente e houve também um processo de transferência de renda que muita gente usou para melhorar moradia e condições de vida. Esse dinheiro foi investido. No comecinho, foi para comida e remédio. Depois, até acabou o tijolo e foi muito por conta disso. No final, vi as pessoas usando mais para fazer investimento.

Valor: *Como funcionará o microcrédito oferecido pela Caixa?*

Guimarães: Não vou mais falar de microcrédito, e sim de microfinanças. A gente vai fazer um programa mais abrangente. Vai ter o nome de Crédito Caixa Tem. Nosso objetivo é de 30 milhões de pessoas até o fim de 2022 e pelo menos 10 milhões até o fim do ano que vem. Vai vir exclusivamente pelo canal digital, porque no físico não é rentável. O banco digital já está com dois produtos-chave. Um deles é o pagamento de benefício social, que a pessoa vai poder receber pelo celular ou continuar indo na agência. O outro produto é de microfinanças.

Valor: *Por que microfinanças e não microcrédito?*

Guimarães: O microcrédito tem critérios do Banco Central muito restritos. Queremos ampliar. A gente quer fazer para os MEIs, para os que fazem parte da

criada com o auxílio e com parcerias como a do Sebrae. Já fizemos R\$ 2,5 bilhões com o Fampe [Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas]. O digital reduz de forma tão brutal meu custo que me permite aprovar clientes que eu não conseguiria nas agências. Não poderia fazer um crédito de R\$ 300 na agência, mas no digital eu posso.

Valor: *Quando começa?*

Guimarães: Da metade para o final de março. Mas a gente quer fazer com tranquilidade. Já temos alguns pilotos.

Valor: *Qual a estratégia para transformar os beneficiários do auxílio em clientes do banco digital?*

Guimarães: Nosso objetivo são 50 milhões [de clientes]. Desses, 35 milhões vão receber benefício social, por baixo 10 milhões vão entrar no microcrédito e mais 5 milhões vêm da habitação. A Caixa já é o maior no Pix, com 25 milhões de CPFs cadastrados. Mais da metade veio pelo Caixa Tem. É uma demonstração de que esses clientes vieram para ficar. Quem vai ter um banco digital com 25 mil pontos de venda? Isso é um de nossos pontos mais fortes. Relacionamento com empresa de saneamento e cliente de imobiliário do SBPE será feito via Caixa. Não posso zerar a tarifa de todo mundo. O que for banco social vai para o digital, que me permite reduzir R\$ 1 bilhão de custo. Estamos devolvendo mais de cem prédios, vou precisar de menos papel-moeda, menos ATMs.

Valor: *A Caixa adiou duas vezes, neste ano, o IPO da Caixa Seguridade. Quando será retomado?*

Guimarães: Amanhã [hoje] está previsto o recebimento de R\$ 7 bilhões da joint venture [com a CNP Assurances]. No dia 4 de janeiro, oficializa com a Tokyo Marine. Então, já temos os dois maiores para começar o ano.

Valor: *Esse dinheiro entra no caixa imediatamente?*



Guimarães: Já vai para o patrimônio inclusive. Um em 2020 ainda e outro em 2021. Vai fazer a mesma coisa com a Icatu, com a Tempo e depois com a CNP também. São o cinco joint-ventures, fora a nossa corretora e o 'bid' da co-corretora. Resolve isso e o IPO, para março, já está 100%. Era a única questão de incerteza que o mercado tinha. Quando a gente for, vai estar tudo funcionando.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Prepare-se para seguir rumo a um novo norte. E para encarar esse desafio, conte com uma nova lenda. O SUV que veio para te reconectar com o mundo 4x4.

MITSUBISHI

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

O tênis mais procurado pelos jogadores

POOPE

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Bolsonaro ironiza tortura sofrida por Dilma na ditadura: 'Traz o raio-x pra gente ver'

VALOR INVESTE



Rio prepara pacote de ajuste fiscal já para 1º de janeiro

Gestão Eduardo Paes também vai enviar à Câmara propostas de lei de emergência e de reformas previdenciária e tributária

Por Carolina Freitas e Marta Watanabe — De São Paulo

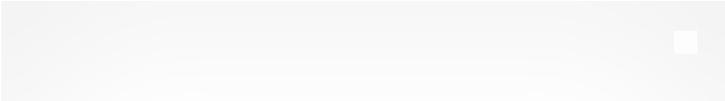
30/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Pedro Paulo prepara 40 decretos para o primeiro dia da gestão Paes — Foto: Gabriel de Paiva/Agência O Globo

Nem mesmo com a ajuda financeira federal e com o apadrinhamento do presidente Jair Bolsonaro ao prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) a cidade do Rio de Janeiro conseguiu reverter o quadro de dificuldades nas contas em 2020. A capital fluminense teve queda nominal de arrecadação de 2,03% de 2019 para 2020, comparando os períodos de janeiro a outubro - que são os dados do Tesouro Nacional disponíveis até o momento.

O deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ), que assume a secretaria municipal da Fazenda em 1º de janeiro, calcula em R\$ 10 bilhões o déficit da cidade. Só em restos a pagar acumulados ano a ano na gestão de Crivella seriam R\$ 7 bilhões. Além disso, os salários de dezembro e o 13º dos servidores municipais ainda não foram pagos. “Recebemos a cidade em um cenário de terra arrasada”, afirma o futuro secretário.

Para tentar colocar as finanças nos eixos, a gestão Eduardo Paes (DEM) prepara já para o primeiro dia de governo um pacote de medidas fiscais “duríssimas”, na definição do próprio Pedro Paulo. Ao **Valor**, o futuro titular da Fazenda afirma que o primeiro Diário Oficial de 2021 trará quarenta decretos da Secretaria da Fazenda. “São medidas gerenciais de imediato que vão significar um freio de mão para dar um cavalo de pau nesse descontrole que vem ocorrendo”, diz Pedro Paulo.



Os decretos vão prever redução de 30% de cargos comissionados, redução de 50% em encargos de livre destinação e cortes de 30% em contratos vigentes. Os pagamentos de restos a pagar serão suspensos, afirmou Pedro Paulo, para que os valores passem por uma auditoria e um planejamento para a quitação do passivo.

Em outra frente, a gestão Paes vai enviar à Câmara dos Vereadores três projetos de lei: de emergência fiscal, de mudança na previdência dos servidores e de reforma tributária municipal. A expectativa é conseguir aprovar esse conjunto de propostas nos primeiros seis meses de 2021.

A lei de emergência fiscal vai contemplar gatilhos para despesas obrigatórias, desindexação de contratos, desvinculação de receitas, ajustes e aperfeiçoamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A lei será válida, de acordo com Pedro Paulo, por dois anos.

Na campanha eleitoral, Eduardo Paes assumiu o compromisso de não elevar impostos e, segundo Pedro Paulo, essa promessa será cumprida. A proposta do Executivo deve se concentrar em rever incentivos concedidos a setores sem a devida transparência, especialmente em benefícios atrelados ao ISS.

Na questão previdenciária, Pedro Paulo explica que a ideia é incorporar ativos da prefeitura aos fundos de previdência municipal, para capitalizá-los e, aos poucos, tornar o sistema menos dependente dos aportes do Executivo municipal.

Essa tríade de leis, prevê o futuro secretário, deixará a cidade pronta para pleitear crédito, obedecendo a critérios de ajuste tão rígidos quanto os do regime de recuperação fiscal.

Pedro Paulo não endossa a ideia de um grupo de secretários municipais para prolongamento do estado de calamidade como forma de garantir apoio federal às cidades. Ele afirma que muito mais benefícios traria a União se sancionasse o Projeto de Lei Complementar nº 101/2020, de autoria dele e aprovado no Congresso. O PLC restabelece base para o pagamento de dívidas dos municípios e

Tesouro projeta déficit menor que o previsto para 2020

Aumento da incerteza em relação à segunda onda de covid-19 e cenário apertado para novas medidas de enfrentamento à pandemia são preocupações para o próximo ano

Por Mariana Ribeiro e Estevão Taiar — De Brasília e São Paulo

30/12/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

O déficit primário do governo central atingiu o valor recorde de R\$ 699,1 bilhões no acumulado do ano até novembro, informou ontem o Tesouro Nacional. A secretaria destacou que as contas públicas devem fechar o ano com um resultado melhor do que o projetado, mas chamou atenção para o fato de que, para 2021, é observado um aumento nas incertezas em relação à segunda onda de covid-19. Isso em um cenário apertado para novas medidas de enfrentamento à pandemia. O resultado primário exclui despesas com juros.

“O espaço fiscal que o país dispõe para a implementação de novas medidas de enfrentamento dos impactos econômicos e sociais da pandemia é limitado”, disse a secretaria, ao defender que a retomada do processo de consolidação fiscal é necessária e “passa pela garantia de que despesas temporárias não se tornem permanentes”. Além disso, é preciso fazer uma discussão sobre o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias.

Em meio a pressões para prorrogações de medidas de enfrentamento à pandemia em 2021, a secretaria afirmou que a sustentabilidade fiscal “é a base da ancoragem das expectativas” e permite a queda de juros e a manutenção da confiança dos agentes econômicos. “É por meio da responsabilidade fiscal que se possibilitará, de

forma mais segura, a melhoria sustentável da vida dos brasileiros nos próximos anos.”

PUBLICIDADE



O alerta do Tesouro foi feito em documento que acompanhou o resultado das contas públicas de novembro, quando o déficit do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central somou R\$ 18,2 bilhões. O comportamento da despesa no mês foi determinado, principalmente, pela execução das ações ligadas à pandemia, que somou R\$ 18,5 bilhões. No mês, os gastos tiveram alta real de 6,4% sobre o mesmo período do ano anterior.

Os destaques foram o auxílio emergencial (R\$ 17,8 bilhões) e o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 2,5 bilhões). Houve ainda devolução à União de R\$ 4,1 bilhões que haviam sido destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) e que não foram utilizados.

Já pelo lado da receita, o recolhimento em novembro de parte dos tributos diferidos no primeiro semestre resultou em um impacto positivo no fluxo de arrecadação. A receita líquida cresceu 6,5%, em termos reais, na comparação anual. No mês, foi observada uma continuidade da trajetória de recuperação das receitas. O resultado primário de novembro foi melhor do que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal, que indicava um déficit de R\$ 55,1 bilhões.

Na semana passada, o Ministério da Economia divulgou projeção em que estimava um rombo de R\$ 831,8 bilhões para o governo central em 2020. Segundo o Tesouro, no entanto, o déficit deverá ficar abaixo do estimado devido ao elevado nível de empoçamento de recursos (valores autorizados, mas não gastos pelos ministérios), que ao fim do mês passado somava R\$ 34,8 bilhões.

Os recursos estão parados, principalmente, nos ministérios da Cidadania (R\$ 8,3 bilhões), Educação (R\$ 6 bilhões) e Saúde (R\$ 5,4 bilhões). Durante a divulgação, o secretário do Tesouro Nacional substituto, Otavio Ladeira, afirmou que, embora possa haver alguma redução do empoçamento no Ministério da Cidadania, não é esperada uma queda significativa do volume total em dezembro.

Até novembro, os gastos primários das medidas de combate à crise totalizaram R\$ 487,4 bilhões, de um total de R\$ 569,9 bilhões aprovados até novembro. O elevado nível de despesas neste ano pressiona o endividamento, reforça a secretaria. A projeção para a dívida bruta ao fim deste ano está em 91% do PIB, o que coloca o Brasil entre os países emergentes mais endividados do mundo.

Ladeira destacou que a administração da dívida é “bastante desafiadora” e que “não é simples” refinar regularmente um montante dessa magnitude. Ele lembrou que novos gastos públicos são limitados tanto pelas regras fiscais (que foram flexibilizadas em 2020 pela pandemia, mas voltam em 2021) quanto pela necessidade de sustentabilidade da dívida.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

O tênis mais cobinado por homens

POOPE

Atraso na vacinação terá impacto na economia

Demora para imunizar população e recrudescimento da pandemia deverão afetar o consumo

Por Anaïs Fernandes — De São Paulo

30/12/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Rafaela Vitória, do Banco Inter: cenário para atividade em 2021 é visto com cautela sem auxílio emergencial e plano para iniciar rapidamente vacinação — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O recrudescimento da pandemia no Brasil, ao mesmo tempo em que o país fica para trás de outras nações no plano de vacinação, reforça a percepção dos analistas de quanto uma questão sanitária mal resolvida pode segurar o processo de retomada da atividade em 2021. A avaliação geral é de um primeiro semestre que

deve andar mais “de lado”. Um calendário de imunização que comece a se concretizar, por sua vez, poderia ajudar o consumo e o mercado de trabalho a partir do segundo semestre, dizem economistas.

O aumento de casos e mortes por covid-19 eleva os riscos para a economia brasileira nos próximos meses, aponta relatório do Credit Suisse divulgado ontem. Os governos estaduais, provavelmente, terão de adotar restrições de mobilidade, o que terá impacto “substancial” na atividade e no emprego, escrevem a economista-chefe do banco, Solange Srouf, e o economista Lucas Vilela.

O Credit Suisse calcula que o Brasil só chegará à imunidade de rebanho (pelo menos 70% da população imunizada) no quarto trimestre do ano que vem. Isso se o governo conseguir adquirir nos prazos previstos as vacinas produzidas pelos laboratórios Sinovac (Instituto Butantan), AstraZeneca (Fiocruz) e Pfizer / BioNTech.

O banco simulou a dinâmica da imunização a partir de três cenários de disseminação da doença: manutenção da atual média diária de novos casos (35 mil), queda pela metade (18 mil) e o dobro da média atual (70 mil). Em todos os cenários, a imunidade de rebanho só seria atingida no último trimestre de 2021.

Na simulação, as vacinas das três companhias seriam suficientes para imunizar 64,2% da população. No ritmo atual de novos casos, 9,6% dos brasileiros estariam imunizados devido à própria contaminação pelo coronavírus. Se o ritmo de disseminação caísse pela metade, 6,6% da população estaria imunizada assim. No caso mais extremo, de 70 mil casos ao dia, 15,6% da população seria contaminada até o quarto trimestre.

O governo federal, lembra o Credit Suisse, anunciou negociações para comprar 460,9 milhões de doses de vacina contra a covid-19 de cinco empresas. Além dos três laboratórios mencionados, há conversas com a Janssen (38 milhões de doses) e a Covax Facility (42,5 milhões). Nenhuma das negociações foi formalizada, contudo.

A ausência de um programa de vacinação imediata, somada ao necessário fim do auxílio emergencial e uma retomada mais lenta do emprego, faz o Banco Inter prever um começo de ano mais fraco para a atividade, segundo a economista-chefe Rafaela Vitória.

O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre não deve apresentar crescimento em relação aos três meses imediatamente anteriores, enquanto na comparação com o mesmo período deste ano ainda recuaria 0,50%, projeta ela. Rafaela lembra que a queda ocorreria sobre um primeiro trimestre de 2019 que já foi negativo. “Uma retomada do emprego mais robusta deve começar quando a vacinação estiver mais avançada”, afirma ela.

Paula Magalhães, economista-chefe da A.C. Pastore & Associados, afirma que o plano de vacinação é “imprescindível” para a atividade no ano que vem. Assim como o governo precisa reduzir as dívidas fiscais, avançando na agenda de equilíbrio das contas públicas, é necessário um plano que reduza as incertezas da pandemia, diz Paula. “A gente fica esperando esse tipo de decisão. Não é uma decisão econômica propriamente, mas o efeito de um plano de vacinação sobre a economia é inegável.”

A expectativa, segundo ela, era que o consumo fosse, assim como nos últimos anos, um impulso para o crescimento de 2021, “mas as pessoas estão com medo de consumir por causa da pandemia, o que poderia ser melhorado com a vacina”, exemplifica.

Para Francisco Eduardo Pires de Souza, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o aumento do consumo vai depender, acima de tudo, da “desinterdição” de importantes segmentos dos serviços e, portanto, do controle da pandemia.

“Se imaginar que até o meio do ano parte importante da população esteja vacinada, é esperado que o consumo cresça bastante no segundo semestre do ano que vem”, afirma.

Nesse sentido, porém, a existência de uma segunda onda da pandemia atrapalha, diz o professor. “No curtíssimo prazo, podemos ver uma piora. Se vierem novas restrições mais severas, pode ser um banho de água fria para o começo de 2021. Seja por isso, seja pelo fim do auxílio emergencial, devemos ter, provavelmente, alguma retração do PIB no primeiro trimestre”, afirma.

Solange e Lucas, do Credit Suisse, observam que a disseminação do coronavírus tem se acelerado no país, indicando possível aumento no número de mortes nas próximas semanas, em especial na regiões mais populosas da metade sul do Brasil, onde o número de casos por milhão de habitantes já é maior do que no pico da pandemia, em agosto. Ao mesmo tempo, os indicadores de mobilidade do Google apontam tendência de alta.

Eventuais medidas que restrinjam a circulação adotadas pelos governos regionais podem se traduzir em maior pressão para que o governo federal e o Congresso retomem a expansão fiscal para minimizar os efeitos dessas restrições sobre a renda, o emprego e também as receitas de Estados e municípios, avaliam.

“Novas restrições provavelmente terão efeito não apenas no curto prazo, com um menor crescimento econômico, maior desemprego e crescimento da dívida, mas também no médio prazo, ao adiar a discussão de temas importantes como a PEC Emergencial e a reforma administrativa necessárias para cumprir as regras fiscais em 2021 e 2022 e estabilizar a dívida nos próximos anos”, escrevem.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Peças remanufaturadas com condições especiais

RENOV BY MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Você não pode deixar seus pontos de lado, troque já por coisas incríveis!

STIX